AERIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2026

AERIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2026

Conteúdo

Release de resultados

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis condensadas intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais intermediários condensados individuais e consolidados

Demonstrações intermediárias condensadas individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações intermediárias condensadas individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias condensadas individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias condensadas individuais e consolidadas dos fluxos de caixa– método indireto

Demonstrações intermediárias condensadas individuais e consolidadas do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas condensadas

aeris

3T26

Release de Resultados

Principais Destaques

- **Receita Operacional Líquida (ROL) no 3T26 foi de R$ 269,1 milhões, aumento de 108,2% *vs* 2T26. No 9M26 a ROL foi de R$ 504,0 milhões, redução de 20,2% *vs* 9M25 em função do menor volume do período acumulado;**
- **Margem Bruta: A recuperação da margem bruta, que atingiu 12,4% no 3T26, reflete o crescimento dos volumes de produção, a maior diluição dos custos fixos e os ganhos de eficiência operacional, representando uma evolução de 4,8 pontos percentuais em relação ao 2T26. Mesmo desconsiderando a receita de *ramp-up* do 2T26, houve expansão de 3,3 pontos percentuais no período.**
- **Despesas Operacionais: No 3T26, as despesas operacionais totalizaram R$ 45,7 milhões, permanecendo praticamente estáveis em relação ao 2T26 e apresentando uma redução de R$ 39,9 milhões[1] frente a 3T25. No acumulado dos 9 meses, houve redução de 17%, excluindo-se os efeitos da reestruturação do ano de 2025.**
- **EBITDA ajustado[2] no 3T26 foi positivo em R$ 6,1 milhões, uma melhora em R$ 18,5 milhões *vs* 2T26 e uma margem positiva de 2,3% *vs* -9,6% no 2T26. No 9M26 o EBITDA ajustado foi negativo em R$ 33,7 milhões com uma margem negativa de 6,7%;**
- **Prejuízo no 3T26 foi de R$ 109,2 milhões *vs* R$152,0 no 2T26. No 9M26 o Prejuízo foi de R$ 399,2 milhões *vs* R$ 427,7 milhões no 9M25;**
- **Reequilíbrio Financeiro: Dando continuidade ao processo de melhoria da estrutura de capital, iniciadas com o deferimento da medida cautelar em gosto de 2026, a Companhia apresentou, em 3 de novembro de 2026, pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial;**
- **1,6 GW contratados para fornecimento de pás eólicas em 2026/2027;**
- **0,8 GW de pipeline de novos projetos em diferentes estágios de negociação;**
- **6 linhas, duas em estágio maduro e 4 em estágio não maduro**

1. Referentes a despesas não recorrentes ocorridas no 3T25 com a reestruturação da dívida, despesas com Drawback e deságio de ICMS.
2. O EBITDA ajustado excluí despesas com reestruturação da dívida e deságio de ICMS.

Videoconferência

11 de novembro de 2026
10:00 (Horário de Brasília)
08:00 (ET – Eastern Time)

Mensagem do Presidente

O setor de energia eólica permanece inserido em um ambiente desafiador, influenciado por fatores regulatórios, macroeconômicos e de infraestrutura que impactam o desenvolvimento de novos projetos. Nesse contexto, a Aeris segue acompanhando a evolução dos mercados em que atua e seus possíveis reflexos sobre a demanda e as oportunidades comerciais.

No Brasil, apesar dos desafios relacionados ao *curtailment* e ao ritmo de contratação de novos projetos, iniciativas como os leilões de transmissão, o mecanismo conhecido como "Dia do Perdão", o REDATA e os leilões de sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS) podem contribuir para a evolução das condições do setor elétrico. Atualmente, o país conta com aproximadamente 16 GW de projetos registrados, dos quais cerca de 2,5 GW se encontram em estágios avançados de desenvolvimento.

No mercado norte-americano, a demanda prevista para 2026 e 2027 continua sustentando oportunidades comerciais, enquanto as perspectivas para 2028 permanecem sujeitas a incertezas relacionadas ao ambiente político e regulatório, especialmente quanto aos possíveis desdobramentos das recentes eleições de meio de mandato (*Midterm Elections*) sobre as políticas energéticas do país.

Nesse cenário, a Companhia possui aproximadamente 1,6 GW em fornecimento de pás eólicas para 2026 e 2027, além de 0,8 GW em novos contratos em negociação. Esses volumes servem de referência para o planejamento operacional e para a adequação gradual da capacidade produtiva à demanda.

No terceiro trimestre, a Aeris avançou na retomada de sua capacidade produtiva, encerrando o período com seis linhas ativas, sendo duas maduras e quatro em fase de maturação operacional (*ramp-up*). A receita operacional líquida alcançou R$ 269,1 milhões, crescimento de 108,2% em relação ao 2T26 e de 50,3% frente ao 3T25, refletindo o maior nível de atividade e ganhos de eficiência produtiva.

A margem bruta consolidada atingiu 12,4%, avanço de 4,8 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e de 15,2 pontos percentuais frente ao 3T25, refletindo a maior absorção dos custos fixos e a evolução da eficiência operacional, embora persistam desafios relacionados à maturação das linhas reativadas e à recuperação da rentabilidade.

Em 3 de novembro de 2026, a Aeris protocolou pedido de Recuperação Extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, como parte das iniciativas voltadas à readequação de sua estrutura de capital, à redução da alavancagem e à preservação da continuidade operacional. O Plano abrange aproximadamente R$ 1,52 bilhão em créditos quirografários não correntes e conta, até o momento, com a adesão de credores titulares de 42,18% dos créditos abrangidos, percentual superior ao mínimo legal exigido para o ajuizamento do pedido.

A Companhia buscará obter, no prazo de 90 dias contados do ajuizamento, a adesão de credores titulares de mais da metade dos créditos abrangidos, quórum necessário à homologação do Plano. As condições financeiras da reestruturação serão objeto de negociação com os credores e posterior submissão à homologação judicial. As operações da Aeris seguirão sendo conduzidas normalmente, com a preservação das linhas de fornecimento necessárias à continuidade de suas atividades.

Seguimos concentrando nossos esforços na eficiência operacional, na disciplina financeira e na continuidade das atividades, reconhecendo os desafios existentes e mantendo nosso compromisso com a adoção das medidas necessárias à adequação da estrutura operacional e financeira da Companhia.

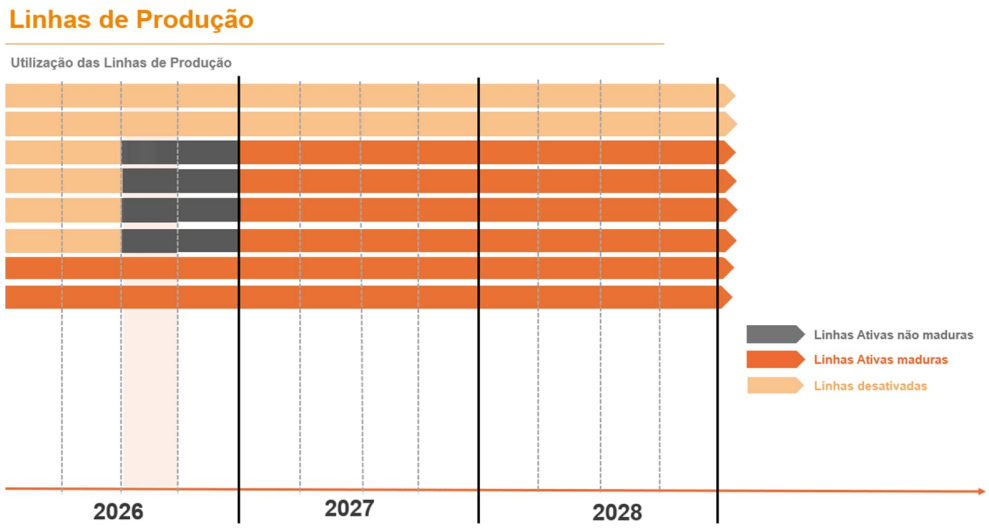
Alexandre Negrão

CEO

Destaques Operacionais e Financeiros

Destaques Operacionais	3T26	2T26	1T26	4T25	3T25
Sets[1]	50	17	15	12	25
Produção em MW equivalentes[2]	229	78	69	54	111
Mercado Interno	85	1	0	0	13
Mercado Externo	144	77	69	54	98
Linhas de produção ativas[3]	6	2	2	2	4
Linhas maduras[4]	2	2	2	2	4
Linhas não maduras	4	0	0	0	0

(1) Sets (conjunto de 3 pás) faturados e disponíveis para retirada do cliente.
(2) Considera o centro da faixa de potência nominal dos aerogeradores equipados pelos sets faturados.
(3) Quantidade de linhas de produção (moldes) em produção no final do período.
(4) Refere-se às linhas de produção instaladas, no final do período, há mais de 12 meses.



Ao final do 2T26, foram reativadas quatro linhas de produção, que atualmente se encontram em fase de maturação operacional (*ramp-up*). A expectativa é de que essas linhas avancem gradualmente em seus níveis de produtividade e eficiência, atingindo a capacidade operacional esperada e o estágio de maturidade ao longo do 1T27.

Destaques Financeiros (R$ em milhões)	3T26	2T26	Var. %	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Receita Operacional Líquida	269.124	129.262	108,2%	179.007	50,3%	503.997	631.485	-20,2%
Custo do Produto Vendido	-235.535	-119.480	97,1%	-183.996	28,0%	-473.914	-609.159	-22,2%
Margem Bruta	12,5%	7,6%	4,9 pp	-2,8%	15,3 pp	6,0%	3,5%	2,4 pp
Despesas operacionais	-45.695	-44.706	2,2%	-85.628	-46,6%	-126.911	-211.805	-40,1%
EBITDA	5.562	-16.681	-133,3%	-71.611	-107,8%	-38.690	-135.108	-71,4%
EBITDA Ajustado[1]	6.064	-12.405	-148,9%	-50.647	-112,0%	-33.697	-61.023	-44,8%
Margem EBITDA ajustada[1] (%)	2,3%	-9,6%	11,9 pp	-28,3%	30,5 pp	-6,7%	-9,7%	3,0 pp
Resultado Financeiro	-96.940	-115.687	-16,2%	-84.309	15,0%	-303.283	-234.280	29,5%
Resultado Líquido	-109.192	-152.040	-28,2%	-176.415	-38,1%	-399.233	-427.672	-6,6%
Margem Líquida (%)	-40,6%	-117,6%	77,0 pp	-98,6%	58,0 pp	-79,2%	-67,7%	-11,5 pp

1. O EBITDA ajustado excluí deságio de ICMS e despesas com reestruturação da dívida

Receita Operacional Líquida (ROL)

Receita Operacional Líquida (R$ em milhões)	3T26	2T26	Var. %	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Receita Operacional Líquida	**269.124**	**129.262**	**108,2%**	**179.007**	**50,3%**	**503.998**	**631.485**	**-20,2%**
Pás - Mercado Interno	42.288	12.822	229,8%	15.298	176,4%	60.619	240.252	-74,8%
Pás – Mercado Externo	193.040	91.678	110,6%	92.394	108,9%	361.938	206.825	75,0%
Segmento de Pás Total	**235.328**	**104.500**	**125,2%**	**107.692**	**118,5%**	**422.557**	**447.077**	**-5,5%**
Segmento de Serviços	**31.588**	**21.878**	**44,4%**	**52.391**	**-39,7%**	**65.379**	**132.738**	**-50,7%**
Comercializadora de Energia	**2.209**	**2.885**	**-23,4%**	**18.924**	**-88,3%**	**16.063**	**51.670**	**-68,9%**

No 3T26, a receita operacional líquida totalizou R$ 269,1 milhões, representando um crescimento de 108,2% em relação ao 2T26 e de 50,3% em comparação ao 3T25.

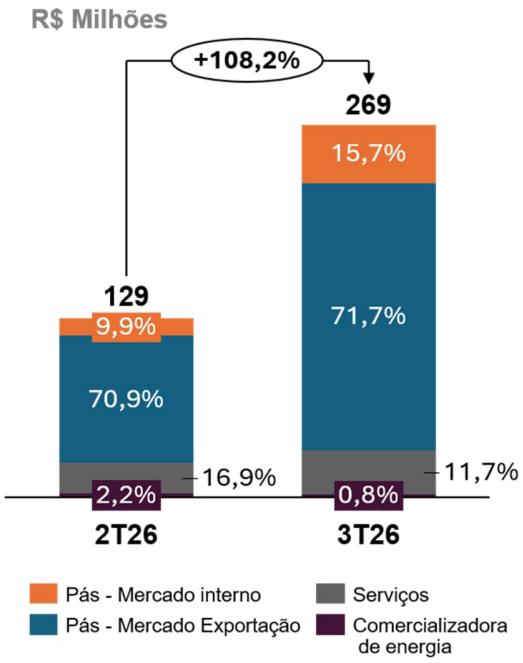
O desempenho reflete, principalmente, o aumento do volume de produção e faturamento, impulsionado pela contribuição das novas linhas em fase de *ramp-up*, que passaram a contribuir para a receita do período.

No 9M26, a receita operacional líquida totalizou R$ 504,0 milhões, representando uma redução de 20,2% em relação ao 9M25. Esse desempenho refletiu, principalmente, os menores níveis de atividade registrados no primeiro semestre do ano, em um contexto de demanda doméstica ainda reduzida. A retração foi parcialmente compensada pelo crescimento das receitas provenientes do mercado externo, que apresentaram aumento de 75,0% no acumulado do período, evidenciando a maior participação das exportações no faturamento da Companhia.

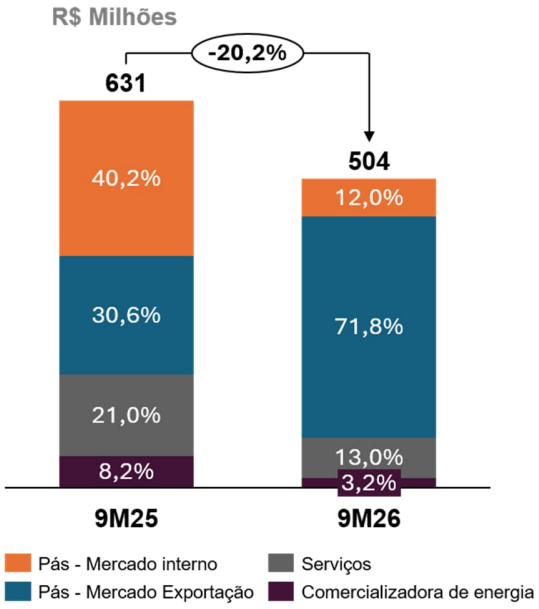
Apesar da retração observada no acumulado do ano, o terceiro trimestre apresentou sinais de recuperação da atividade operacional da Companhia, impulsionados pelo avanço dos volumes produzidos e faturados, pela contribuição gradual das linhas reativadas e pela melhoria de desempenho das linhas anteriormente em operação. Essa evolução reflete o avanço da execução dos contratos vigentes e a retomada gradual da utilização da capacidade produtiva, em linha com o cronograma de entregas estabelecido com os clientes.

Na abertura da receita líquida por segmento de atuação, a comparação entre o 3T26 e o 2T26 evidencia um crescimento de 125,2% na receita do segmento de pás, impulsionado principalmente pelo avanço das receitas de exportação, em função da evolução das entregas relacionadas aos contratos vigentes, acompanhado pelo aumento das receitas provenientes do mercado interno. Já o segmento de serviços apresentou crescimento de 44,4% em relação ao trimestre anterior, contribuindo também para a evolução da receita total da Companhia.

Abertura da Receita (3T26)



Abertura da Receita (9M26)



Custo dos Produtos Vendidos

(R$ em milhões)	3T26	2T26	Var. %	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Receita Operacional Líquida	269.124	129.262	108,2%	179.007	50,3%	503.998	631.485	-20,2%
Custo do Produto Vendido	-235.535	-119.480	97,1%	-183.996	28,0%	-473.915	-609.159	-22,2%
Margem Bruta (%)	12,4%	7,6%	4,8 pp	-2,8%	15,2 pp	6,0%	3,5%	2,4 pp

No 3T26, a margem bruta foi positiva em 12,4%, representando uma melhora de 4,8 pontos percentuais em relação ao 2T26 e de 15,2 pontos percentuais em comparação ao 3T25. A evolução observada no trimestre refletiu, principalmente, o aumento do volume de produção e faturamento, impulsionado pela entrada em operação das novas linhas produtivas, que contribuíram para a redução dos níveis de ociosidade e a maior diluição dos custos fixos. Adicionalmente, a melhoria do desempenho das linhas anteriormente em operação e o avanço gradual da eficiência operacional contribuíram para a expansão da margem bruta, reforçando a trajetória de recuperação da rentabilidade da Companhia.

No acumulado dos 9M26, a margem bruta atingiu 6,0%, representando uma melhora de 2,4 pontos percentuais em relação aos 9M25, quando havia registrado 3,5%. Apesar da redução da receita operacional líquida no período, a evolução da margem reflete a recuperação gradual do desempenho operacional da Companhia, especialmente no terceiro trimestre, cujo maior volume de produção, melhor aproveitamento da capacidade instalada e continuidade na busca de maior eficiência contribuíram para a recuperação da rentabilidade no acumulado do ano.

Na análise da rentabilidade do segmento de pás[1], desconsiderando os efeitos da depreciação no CPV, a margem bruta atingiu 13,5% no 3T26, frente a 20,4% no trimestre anterior. Essa redução reflete, principalmente, a não recorrência dos efeitos positivos das receitas associadas ao *ramp-up* das linhas produtivas e aos ganhos de eficiência operacional reconhecidos no 2T26. Desconsiderando esses efeitos, a margem bruta apresentou evolução de 3,3 pontos percentuais, passando de 10,2% no 2T26 para 13,5% no 3T26. Esse desempenho evidencia a continuidade da recuperação operacional da Companhia, sustentada pelo avanço dos volumes produzidos, pela maior absorção dos custos fixos e pela melhoria da eficiência das linhas produtivas.

Despesas Operacionais

(R$ em milhões)	3T26	2T26	Var. %	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Despesas Gerais e Administrativas	-25.453	-23.200	9,7%	-33.832	-24,8%	-68.985	-131.746	-47,6%
Despesas com Vendas	-4.831	- 3.873	24,7%	-59	-	-13.527	-2.161	526,0%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	-15.411	-17.633	-12,6%	-51.737	-70,2%	-44.399	-77.898	-43,0%
Total das Despesas Operacionais	-45.695	-44.706	2,2%	-85.628	-46,6%	-126.911	-211.805	-40,1%

[1] Excluindo receita de serviços e receitas da comercializadora de energia.

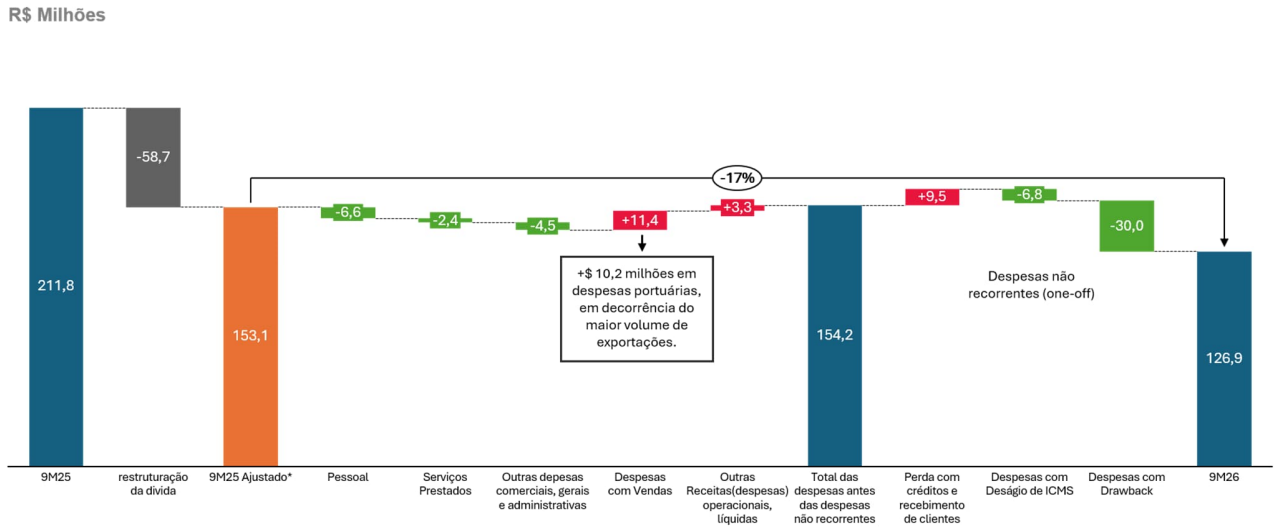
No 3T26, as **despesas operacionais totais atingiram** R$ 45,7 milhões, ante R$ 44,7 milhões no 2T26, representando um aumento de R$ 1,0 milhão na comparação trimestral.

Ao analisarmos a composição das despesas operacionais totais, conforme demonstrado na tabela acima, observa-se que as **despesas gerais e administrativas** apresentaram aumento de R$ 2,3 milhões no 3T26 em relação ao 2T26, explicado, principalmente, pelo reconhecimento de R$ 2,2 milhões em despesas não recorrentes relacionadas a perdas esperadas com créditos de clientes da operação de Services. Desconsiderando esse efeito, as despesas gerais e administrativas permaneceram praticamente estáveis na comparação trimestral. Em relação ao 3T25, essas despesas apresentaram redução de R$ 8,4 milhões, refletindo, sobretudo, a não recorrência dos efeitos extraordinários associados à reestruturação da dívida, parcialmente compensada pelo reconhecimento de perdas esperadas com créditos no trimestre. Excluídos esses efeitos, observa-se uma redução ajustada de R$ 4,9 milhões nas despesas gerais e administrativas. A análise da evolução das principais despesas gerais e administrativas nos últimos quatro trimestres, em comparação com os respectivos períodos do ano anterior, evidencia uma tendência de redução na maior parte das rubricas, refletindo a continuidade das iniciativas de racionalização da estrutura de custos e de controle das despesas operacionais da Companhia.

Nas **despesas com vendas**, verificou-se aumento de R$ 958 mil na comparação entre o 3T26 *vs* 2T26. Em relação ao 3T25, houve aumento de R$ 4,8 milhões, decorrente, principalmente, do maior volume de despesas relacionadas às exportações, especialmente em despesas portuárias e fretes de vendas. Esse movimento está em linha com a evolução da receita de exportação observada nos últimos trimestres.

Por sua vez, a linha de **outras receitas (despesas) operacionais, líquidas,** apresentou uma redução de R$ 2,2 milhões nas despesas em relação ao 2T26. Na comparação com o 3T25, observou-se uma redução de R$ 36,3 milhões nas despesas, refletindo, principalmente, menores efeitos relacionados ao deságio de ICMS e a não recorrência das despesas associadas ao drawback, registrados no mesmo período do ano anterior.

Despesas operacionais – Acumulado



***Desconsiderando efeitos dos custos com reestruturação das dívidas**

No acumulado dos 9M26, as **despesas operacionais totais** atingiram R$ 126,9 milhões, representando uma redução de R$ 84,9 milhões em relação aos R$ 211,8 milhões registrados nos 9M25. Excluindo-se os efeitos extraordinários associados à reestruturação da dívida no ano anterior, as despesas apresentaram redução ajustada de 17% na comparação anual, refletindo, principalmente, a continuidade das iniciativas de otimização de custos e despesas. No período, houve ainda o impacto negativo decorrente do reconhecimento de perdas esperadas com créditos de clientes do segmento de Services, parcialmente compensado pela não recorrência de despesas relacionadas ao drawback. Adicionalmente, observou-se um aumento de R$ 11,4 milhões nas despesas com vendas, principalmente associado ao maior volume de operações de exportação.

Ao analisar a abertura das despesas operacionais, observa-se que as **despesas gerais e administrativas** apresentaram redução de R$ 62,8 milhões em relação ao 9M25. Essa variação é explicada, em grande parte, pelas despesas extraordinárias relacionadas à reestruturação da dívida reconhecidas no acumulado de 2025 e por perdas esperadas com créditos e sobre recebimento de clientes nas operações de Services registrados em 2026. Desconsiderando esse efeito, as despesas gerais e administrativas do 9M25 reduziriam R$ 13,5 milhões, reforçando a disciplina na gestão de custos e a captura de eficiências operacionais.

Nas **despesas com vendas**, verificou-se aumento de R$ 11,4 milhões na comparação com o 9M25, explicado, principalmente, pelo maior volume de despesas relacionadas às exportações, especialmente despesas portuárias. Esse movimento está em linha com a evolução da receita de exportação observada no período.

Por fim, a linha de **outras receitas (despesas) operacionais,** líquidas apresentou uma redução de R$ 33,5 milhões nas despesas em relação ao 9M25, refletindo, principalmente, menores efeitos relacionados ao deságio de ICMS e a não recorrência das despesas associadas ao drawback, registradas no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando esses efeitos, observou-se uma redução de R$ 0,4 milhão nas despesas.

Reconciliação EBITDA Ajustado[1]

(R$ em milhões)	3T26	2T26	Var. %	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Prejuízo do Período	-109.192	-152.040	**-28,2%**	-176.415	**-38,1%**	- 399.233	- 427.672	**-6,6%**
IR/Contribuição Social	- 67	-737	**-90,9%**	715	**-90,6%**	458	- 2.020	**-122,7%**
Resultado Financeiro	96.940	115.687	**-16,2%**	84.309	**15,0%**	303.283	234.280	**29,5%**
Depreciação e Amortização	17.881	20.409	**-12,4%**	21.210	**-15,7%**	56.802	60.304	**-5,8%**
EBITDA	5.562	-16.681	**-133,3%**	-71.611	**-107,8%**	- 38.690	- 135.108	**-71,4%**
Despesas com Reestruturação de Dívida	502	135	**271,9%**	9.277	**-94,6%**	823	58.689	**-98,6%**
Deságio ICMS	-	4.141	**-**	11.687	**-**	4.141	13.037	**-68,2%**
Outros	-	-	**-**	-	**-**	29	2.359	**-**
EBITDA Ajustado[1]	**6.064**	-12.405	**-148,9%**	-50.647	**-112,0%**	**-33.697**	**- 61.023**	**-44,8%**
Margem EBITDA Ajustada[1] (%)	**2,3%**	-9,6%	**11,9 pp**	-28,3%	**30,5 pp**	**-6,7%**	**-9,7%**	**3,0 pp**

1. O EBITDA ajustado excluí deságio de ICMS e despesas com reestruturação da dívida

No 3T26, o EBITDA ajustado foi positivo em R$ 6,1 milhões, revertendo o resultado negativo de R$ 12,4 milhões registrado no 2T26, o que representa uma melhora de R$ 18,5 milhões na comparação trimestral. A margem EBITDA ajustada atingiu +2,3%, frente a -9,6% no trimestre anterior, uma evolução de 11,9 pontos percentuais.

Esse desempenho reflete, principalmente, o crescimento da receita operacional líquida, impulsionado pelo aumento dos volumes de produção e faturamento, com a contribuição das novas linhas em fase de *ramp-up*, além da melhoria do desempenho das linhas anteriormente em operação. O maior nível de atividade contribuiu para a redução da ociosidade, a maior diluição dos custos fixos e a expansão da margem bruta, favorecendo a recuperação da rentabilidade operacional da Companhia.

No acumulado dos 9M26, o EBITDA ajustado foi negativo em R$ 33,7 milhões, frente ao resultado negativo de R$ 61,0 milhões registrado nos 9M25, representando uma melhora de R$ 27,3 milhões. A margem EBITDA ajustada passou de -9,7% para -6,7%, uma evolução de 3,0 pontos percentuais. Apesar do resultado ainda negativo no acumulado do ano, a evolução observada reflete a recuperação gradual do desempenho operacional da Companhia, especialmente no terceiro trimestre, com o avanço da produção e a melhoria da rentabilidade.

Resultado Financeiro e Endividamento

(R$ em milhões)	3T26	2T26	Var. %	3T25	Var. %	9M26	9M25	Var. %
Variação Cambial Líquida	-1.762	-1.674	5,3%	16	-	1.891	-8.446	-122,4%
Despesas Financeiras Líquidas	-95.178	-114.013	-16,5%	-84.325	12,9%	-305.174	-225.835	35,1%
Total	**-96.940**	**-115.687**	**-16,2%**	**-84.309**	**15,0%**	**-303.283**	**-234.281**	**29,5%**
Dívida Líquida[1]	2.031.743	1.938.377	4,8%	1.721.400	18,0%	2.031.743	1.721.400	18,0%

1 devido à repactuação das dívidas concluída em maio de 2025, não haverá mais a medição dos *covenants* financeiros.

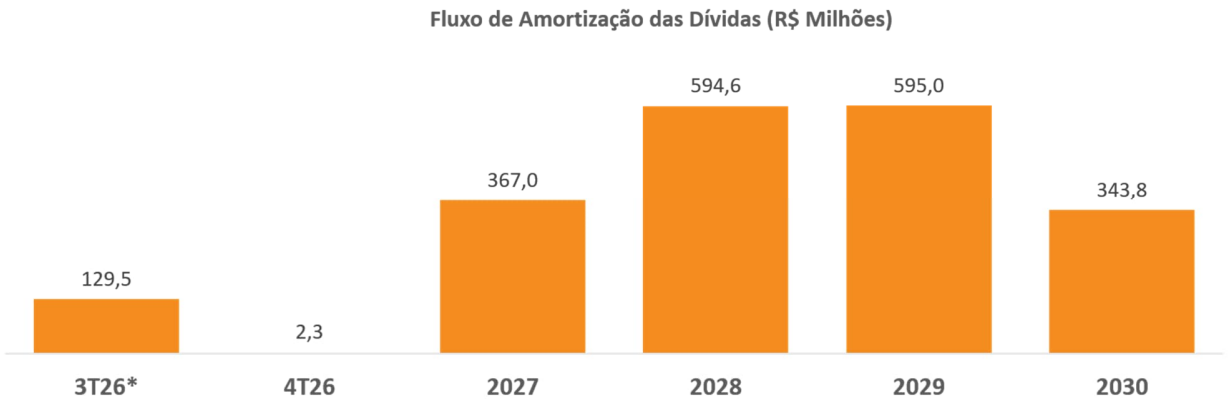
No 3T26, as despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 95,2 milhões, representando uma redução de 16,5% em relação ao 2T26 e um aumento de 12,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Essa variação foi explicada principalmente pelo aumento dos juros e encargos relacionados a operações financeiras de empréstimos e financiamentos.

A posição de caixa livre da Companhia no encerramento do 3T26 foi de R$ 3,6 milhões. A dívida bruta totalizou R$ 2.035,3 milhões.

A Companhia segue comprometida com a preservação de caixa através da disciplina na alocação de capital nas e negociações com credores e na sustentabilidade operacional visando a maior otimização de sua estrutura de capital, alinhando tais iniciativas e ao plano de reequilíbrio financeiro em curso.

(R$ em milhões)	2024	2025[2]	1T26	2T26	3T26
Dívida Bruta	**1.557**	**1.818**	**1.881**	**1.955**	**2.035**
Caixa + Instrumentos Financeiros	312	29	16	17	4
Dívida Líquida	**1.244**	**1.789**	**1.865**	**1.938**	**2.032**
EBITDA ajustado LTM[1]	123	-122	-154	-151	-94

1. EBITDA Ajustado LTM = Last Twelve Months
2. Em decorrência da renegociação das dívidas no 1T25, foi acordada a exclusão do indicador de *covenants* financeiros da Companhia, eliminando, assim, a obrigação de monitorar o índice de alavancagem.

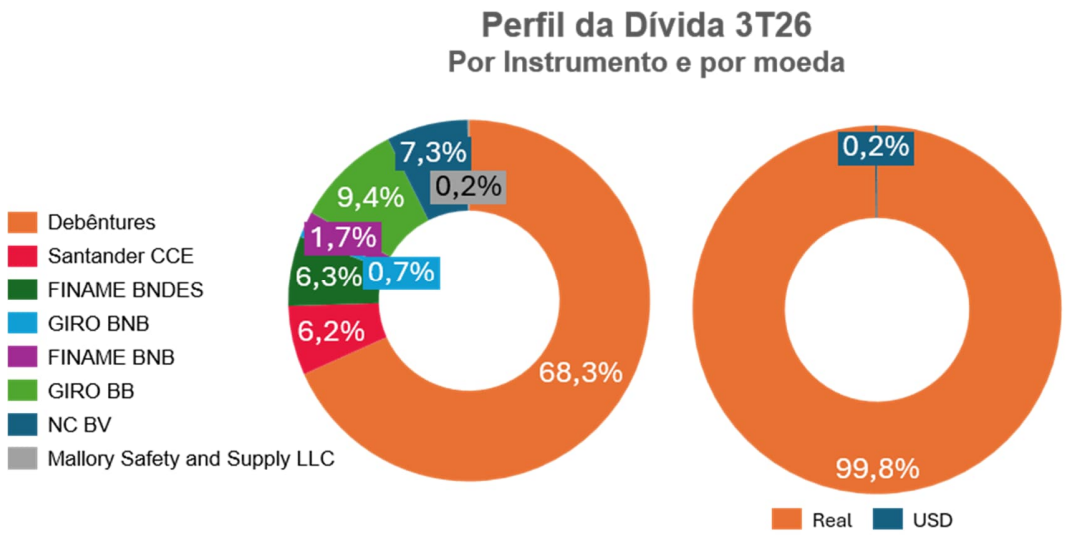


*Dívida de R$ 93 milhões + juros acumulados de R$ 35,2 milhões com o BNDES em renegociação. (Devidos e não pagos)

Cabe relembrar que, em maio de 2025, a Companhia concluiu o processo de reperfilamento de seu passivo financeiro, abrangendo aproximadamente 90% do endividamento total. A reestruturação possibilitou o alongamento dos prazos de vencimento das obrigações financeiras, reduzindo a concentração de pagamentos no curto prazo e proporcionando maior flexibilidade na gestão do fluxo de caixa.

Em agosto de 2026, no âmbito do processo de mediação com seus credores, a Companhia obteve o deferimento de medida cautelar que determinou a suspensão, por até 60 dias, de execuções e demais medidas de natureza executiva ou constritiva relacionadas aos créditos abrangidos pelas negociações. A medida, de caráter temporário, teve como objetivo preservar as condições necessárias à continuidade das negociações com os credores, mantendo a regularidade das operações da Companhia.

Em 03 de novembro de 2026, conforme Fato Relevante divulgado, a Companhia encontra-se em processo de renegociação dos termos e condições de seu endividamento financeiro, no âmbito de sua recuperação extrajudicial, com o objetivo de adequar sua estrutura de capital à capacidade de geração de caixa e assegurar a sustentabilidade financeira e a continuidade de suas operações no longo prazo.



Resultado Líquido

No 3T26, o prejuízo líquido totalizou R$ 109,2 milhões, representando uma redução de 28,2% em relação ao 2T26 e de 38,1% frente ao 3T25. No acumulado dos 9M26, o prejuízo líquido foi de R$ 399,2 milhões, uma redução de 6,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

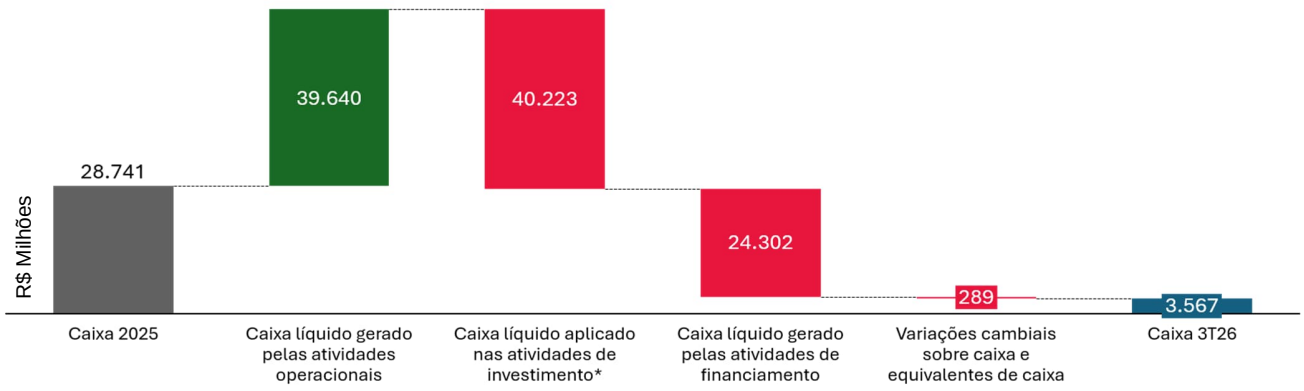
A redução do prejuízo líquido no trimestre refletiu, principalmente, a recuperação do desempenho operacional da Companhia, impulsionada pelo crescimento da receita, pela expansão da margem bruta e pela melhora do EBITDA, que voltou a apresentar resultado positivo no período. Adicionalmente, a redução das despesas financeiras em relação ao trimestre anterior contribuiu para a melhora do resultado líquido.

Apesar da evolução observada, o resultado da Companhia permanece pressionado pelo elevado nível de despesas financeiras, decorrente dos juros e encargos relacionados ao endividamento. Ainda assim, os avanços operacionais registrados no trimestre evidenciam a recuperação gradual da atividade produtiva, sustentada pelo aumento dos volumes de produção, pela maior eficiência operacional e pela melhor absorção dos custos fixos.

Investimentos

No 3T26, as atividades de investimentos totalizaram R$ 12,6 milhões. A redução (3T26 *vs* 2T26) reflete o menor volume de desembolsos após os investimentos realizados no 2T26 para a reativação das linhas de produção. A Companhia segue priorizando a alocação eficiente de capital, com foco na continuidade operacional, no atendimento aos contratos firmados e na disciplina financeira.

Fluxo de Caixa Indireto



*Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento: Inclui CAPEX de imobilizado e intangível

No acumulado, o fluxo de caixa apresentou as seguintes movimentações: (i) o fluxo de caixa das atividades operacionais gerou R$ 39,6 milhões no período. A geração de caixa foi influenciada, principalmente, pelas variações nas contas de capital de giro, com destaque para o aumento dos adiantamentos de clientes, a redução dos estoques e dos tributos a recuperar, além do alongamento dos prazos de pagamento negociado com fornecedores estratégicos, e do gerenciamento de caixa priorizando os pagamentos sem impacto nas operações. (ii) o fluxo de caixa das atividades de investimento consumiu R$ 40,2 milhões, refletindo, principalmente, os investimentos em ativos de *ramp-up*, relacionados à preparação da operação para o atendimento dos contratos firmados, além de aquisições de imobilizado voltadas ao suporte das atividades operacionais da Companhia; e (iii) o fluxo de caixa das atividades de financiamento consumiu R$ 24,3 milhões, refletindo, principalmente, pagamentos de arrendamentos e amortizações de empréstimo.

ANEXOS

Anexo 1 - Demonstração de Resultados 3T26

(Em milhares de Reais)	3T26	2T26	Var. %	3T25	Var. %
Receita operacional líquida	269.124	129.262	**108,2%**	179.007	**-50,3%**
Custos dos produtos vendidos	(235.535)	(119.480)	**97,1%**	(183.996)	**-28,0%**
Resultado do valor Justo dos contratos de Energia	(213)	(2.166)	**-90,2%**	(2.204)	**-90,3%**
Lucro bruto	**33.376**	**7.616**	**338,2%**	**(7.193)**	**-**
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(25.453)	(23.200)	**9,7%**	(33.832)	**-24,8%**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(20.242)	(21.506)	**-5,9%**	(51.796)	**-60,9%**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(12.319)**	**(37.090)**	**-66,8%**	**(92.821)**	**-86,7%**
Depreciação e Amortização	17.881	20.409	**12,4%**	21.210	**-15,7%**
EBITDA	**5.562**	**(16.681)**	**-133,3%**	**(71.611)**	**-107,8%**
Custo de Reestruturação de dívidas	502	135	**271,9%**	9.277	**-94,6%**
Deságio - ICMS	-	4.141	**-**	11.687	**-**
Outros	-	-	**-**	-	
EBITDA Ajustado[1]	**6.064**	**(12.405)**	**-148,9%**	**(50.647)**	**-112,0%**
Despesas financeiras	(116.080)	(133.979)	**13,4%**	**(103.477)**	**12,2%**
Receitas financeiras	19.140	18.292	**4,6%**	19.168	**-0,1%**
Resultado financeiro	**(96.940)**	**(115.687)**	**-16,2%**	(84.309)	**15,0%**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(109.259)**	**(152.777)**	**-28,5%**	**(177.130)**	**-38,3%**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-5	-	**-**	**(34)**	**-85,3%**
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	72	737	**-90,2%**	749	**-90,4%**
Prejuízo líquido do exercício	**(109.192)**	**(152.040)**	**-28,2%**	**(176.415)**	**-38,1%**
Prejuízo atribuível aos acionistas e controladores	(109.192)	(152.040)	**-28,2%**	**(176.415)**	**-38,1%**
Quantidade de ações ao final do período	61.462	61.462	**0,0%**	61.387	**0,1%**
Prejuízo básico e diluído por ação – R$	(1,7766)	(2,4737)	**-28,2%**	(2,8738)	**-38,2%**

1. O EBITDA ajustado excluí deságio de ICMS e despesas com reestruturação da dívida

Anexo 2 - Demonstração de Resultados 9M26

(Em milhares de Reais)	9M26	9M25	Var. %
Receita operacional líquida	503.997	631.485	**-20,2%**
Custos dos produtos vendidos	(473.914)	(609.159)	**-22,2%**
Resultado do valor Justo dos contratos de Energia	1.336	(5.933)	**-122,5%**
Lucro bruto	31.419	16.393	**91,7%**
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(68.985)	(131.746)	**-47,6%**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(57.926)	(80.059)	**-27,6%**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(95.492)**	**(195.412)**	**-51,1%**
Depreciação e Amortização	56.802	60.304	**-5,8%**
EBITDA	**(38.690)**	**(135.108)**	**-71,4%**
Custo de Reestruturação de dívidas	823	58.689	**-98,6%**
Deságio - ICMS	4.141	13.037	**-68,2%**
Outros	29	2.359	**-98,8**
EBITDA Ajustado[1]	**(33.697)**	**(61.023)**	**-44,8%**
Despesas financeiras	(346.134)	(306.509)	**12,9%**
Receitas financeiras	42.851	72.229	**-40,7%**
Resultado financeiro	**(303.283)**	**(234.280)**	**29,5%**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(398.775)**	**(429.692)**	**-7,2%**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(5)	4	**-225,0**
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(453)	2.016	**-122,5%**
Prejuízo líquido do exercício	**(399.233)**	**(427.672)**	**-6,6%**
Prejuízo atribuível aos acionistas e controladores	(399.233)	(427.672)	**-6,6%**
Quantidade de ações ao final do período	61.462	61.387	**0,1%**
Prejuízo básico e diluído por ação – R$	(6,4956)	(6,9668)	**-6,8%**

O

EBITDA ajustado excluí deságio de ICMS e despesas com reestruturação da dívida

Anexo 3 - Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.573	23.832	3.567	28.741
Ativos financeiros	928	6.732	928	6.732
Contas a receber de clientes	178.068	141.549	189.021	171.036
Estoques	147.336	181.203	147.970	181.897
Tributos a recuperar	48.569	78.305	48.595	78.646
Outras contas a receber	14.648	21.019	16.931	23.619
Valor justo dos contratos de energia	2.498	1.062	2.498	1.062
Total do ativo circulante	**394.620**	**453.702**	**409.510**	**491.733**
Não circulante				
Ativos financeiros	84.462	94.895	84.462	94.895
Tributos a recuperar	76.517	69.639	76.517	69.639
Outras contas a receber	667	-	667	-
Valor justo dos contratos de energia	37.585	337	37.585	337
Partes Relacionadas	-	68.817	-	-
Investimentos	19.582	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.188	9.421	7.188	9.421
Imobilizado	853.336	880.645	864.644	892.941
Direito de Uso em Arrendamento	5.222	15.173	5.222	15.173
Intangível	66.403	39.315	66.425	39.351
Total do ativo não circulante	**1.150.962**	**1.178.242**	**1.142.710**	**1.121.757**
Total do ativo	**1.545.582**	**1.631.944**	**1.552.220**	**1.613.490**

Anexo 4 - Balanço Patrimonial - Passivo

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante				
Fornecedores	164.575	125.843	165.730	130.899
Empréstimos e financiamentos	350.174	131.763	353.304	131.763
Arrendamento Mercantil	4.136	12.197	4.136	12.197
Salários e encargos sociais	31.286	19.283	31.317	19.306
Tributos a recolher	5.489	2.479	5.573	2.918
Adiantamento de Clientes	329.586	271.617	329.586	271.897
Valor justo dos contratos de energia	9.619	13.836	9.619	13.836
Outras contas a pagar	12.503	16.281	14.741	23.709
Total do passivo circulante	**907.368**	**593.299**	**914.006**	**606.525**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.682.006	1.686.425	1.682.006	1.686.425
Valor justo dos contratos de energia	51.606	10.041	51.606	10.041
Arrendamento Mercantil	1.552	4.176	1.552	4.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.780	-	1.780
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.271	834	1.271	834
Provisão para perda em investimentos	-	31.680	-	-
Total do passivo não circulante	**1.736.435**	**1.734.936**	**1.736.435**	**1.703.256**
Total do passivo	**2.643.803**	**2.328.235**	**2.650.441**	**2.309.781**
Patrimônio líquido				
Capital social	855.102	855.102	855.102	855.102
Reserva de Capital	347.302	347.367	347.302	347.367
Prejuízos acumulados	(2.260.617)	(1.861.384)	(2.260.617)	(1.861.384)
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.779)	82	(2.779)	82
(-) Ações em Tesouraria	(37.229)	(37.458)	(37.229)	(37.458)
Total do patrimônio líquido	**(1.098.221)**	**(696.291)**	**(1.098.221)**	**(696.291)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.545.582**	**1.631.944**	**1.552.220**	**1.613.490**

Anexo 5 - Fluxo de Caixa – 3T26

(Em milhares de Reais)	3T26
Prejuízo do período	(109.192)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades (aplicadas nas) geradas pelas atividades operacionais:	
Imposto de renda e contribuição social	(67)
Depreciação e amortização	17.138
Depreciação Direito de Uso	3.460
Resultado líquido apurado na alienação de imobilizado	(8)
Provisão para perdas em estoque	2.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(113)
Perda Sobre Recebimento de Cliente	3.813
Plano Pagamento baseado em ações	15
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	37
Juros sobre arrendamento	308
Despesas financeiras - líquidas	87.532
Rendimento de aplicações financeiras	(141)
Ajuste a valor justo - cotas FIDC	(7.053)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	213
Total	**(1.964)**
Variações de ativos e passivos	
Contas a receber de clientes	(81.901)
Estoques	46.760
Tributos a recuperar	9.295
Outras contas a receber	(2.121)
Fornecedores	39.788
Obrigações sociais e trabalhistas	4.555
Tributos a recolher	1.786
Adiantamentos de clientes	(747)
Outras contas a pagar	(4.610)
Caixa de atividades operacionais	**10.841**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamento	(4.367)
Juros pagos sobre arrendamentos	(308)
Caixa líquido de atividades operacionais	**6.166**

Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Ativos Financeiros	6.278
Aquisição de imobilizado	(4.529)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	56
Aquisição de intangível	(14.385)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(12.580)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Empréstimos Captados	3.109
Empréstimos amortizados	(6.619)
Pagamentos de arrendamento	(3.790)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(7.300)**
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa e contas garantidas	3
Acréscimo/Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(13.711)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.567
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(13.711)**

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.
Caucaia – CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial condensado, individual e consolidado, em 30 de setembro de 2026, e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos nessa data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional "*IAS 34 - Interim Financial Reporting*" emitida pelo "*International Accounting Standards Board (IASB)*" assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *"Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, às informações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, que informa que, em 30 de setembro de 2026, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante em R$ 512.748 mil e R$ 504.496 mil, respectivamente, nas informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas. Adicionalmente, no período findo naquela data, a Companhia apurou prejuízo de R$ 399.233 mil (prejuízo de R$ 901.213 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025). Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 1 e 29, em 03 de novembro de 2026, a Companhia protocolou Plano de Recuperação Extrajudicial, cuja aprovação pelos credores e homologação judicial permaneciam pendentes na data de emissão dessas informações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas. A continuidade operacional da Companhia e de sua controlada depende substancialmente do êxito das medidas previstas pela Administração, bem como da efetiva aprovação e homologação do referido Plano de Recuperação Extrajudicial, circunstâncias que não se encontram integralmente sob o controle da Companhia. Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 1.1, 15 e 29, esses eventos e condições, em conjunto com os demais assuntos nelas descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações do Valor Adicionado intermediárias condensadas individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias condensadas acima referidas incluem as Informações Intermediárias Condensadas do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações intermediárias foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Informações do Valor Adicionado intermediárias individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP-013846/O-1 – S - CE

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 – S – CE

Balanços patrimoniais intermediários individuais e consolidados
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
Ativo	explicativa	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.573	23.832	3.567	28.741
Ativos financeiros	5	928	6.732	928	6.732
Contas a receber de clientes	6	178.068	141.549	189.021	171.036
Estoques	7	147.336	181.203	147.970	181.897
Tributos a recuperar	8	48.569	78.305	48.595	78.646
Outras contas a receber		14.648	21.019	16.931	23.619
Valor justo dos contratos de energia	25	2.498	1.062	2.498	1.062
Total do ativo circulante		394.620	453.702	409.510	491.733
Não circulante					
Ativos financeiros	5	84.462	94.895	84.462	94.895
Tributos a recuperar	8	76.517	69.639	76.517	69.639
Outras contas a receber		667	-	667	-
Valor justo dos contratos de energia	25	37.585	337	37.585	337
Partes relacionadas	9	-	68.817	-	-
Investimentos	10	19.582	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	7.188	9.421	7.188	9.421
Imobilizado	12	853.336	880.645	864.644	892.941
Direito de uso em arrendamento	12	5.222	15.173	5.222	15.173
Intangível	13	66.403	39.315	66.425	39.351
Total do ativo não circulante		1.150.962	1.178.242	1.142.710	1.121.757
Total do ativo		1.545.582	1.631.944	1.552.220	1.613.490

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais intermediários individuais e consolidados
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	explicativa	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante					
Fornecedores	14	164.575	125.843	165.730	130.899
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	350.174	131.763	353.304	131.763
Passivo de arrendamento	16	4.136	12.197	4.136	12.197
Salários e encargos sociais		31.286	19.283	31.317	19.306
Tributos a recolher		5.489	2.479	5.573	2.918
Adiantamentos de clientes	6	329.586	271.617	329.586	271.897
Valor justo dos contratos de energia	25	9.619	13.836	9.619	13.836
Outras contas a pagar		12.503	16.281	14.741	23.709
Total do passivo circulante		907.368	593.299	914.006	606.525
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.682.006	1.686.425	1.682.006	1.686.425
Valor justo dos contratos de energia	25	51.606	10.041	51.606	10.041
Passivo de arrendamento	16	1.552	4.176	1.552	4.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	1.780	-	1.780
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	17	1.271	834	1.271	834
Provisão para perda em Investimentos	10	-	31.680	-	-
Total do passivo não circulante		1.736.435	1.734.936	1.736.435	1.703.256
Total do passivo		2.643.803	2.328.235	2.650.441	2.309.781
Patrimônio líquido	18				
Capital social		855.102	855.102	855.102	855.102
Reservas de capital		347.302	347.367	347.302	347.367
Prejuízos acumulados		(2.260.617)	(1.861.384)	(2.260.617)	(1.861.384)
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.779)	82	(2.779)	82
(-) Ações em tesouraria		(37.229)	(37.458)	(37.229)	(37.458)
Total do patrimônio líquido		(1.098.221)	(696.291)	(1.098.221)	(696.291)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.545.582	1.631.944	1.552.220	1.613.490

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado intermediárias individuais e consolidadas
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		3T26	3T25	9M26	9M25	3T26	3T25	9M26	9M25
			(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Receita operacional líquida	19	256.056	140.276	485.457	543.022	269.124	179.007	503.997	631.485
Custos dos produtos vendidos	20	(226.524)	(154.836)	(450.738)	(533.146)	(235.535)	(183.996)	(473.914)	(609.159)
Resultado do valor justo dos contratos de energia		(213)	(2.204)	1.336	(5.933)	(213)	(2.204)	1.336	(5.933)
Prejuízo/(Lucro) bruto		29.319	(16.764)	36.055	3.943	33.376	(7.193)	31.419	16.393
(Despesas)/receitas operacionais líquidas									
Despesas comerciais, gerais e administrativas	21	(20.117)	(29.809)	(56.299)	(121.296)	(25.453)	(33.832)	(68.985)	(131.746)
Despesas com vendas		(4.831)	(59)	(13.527)	(2.161)	(4.831)	(59)	(13.527)	(2.161)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(15.441)	(52.629)	(45.801)	(79.760)	(15.411)	(51.737)	(44.399)	(77.898)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.296)	5.043	(21.682)	(1.214)	-	-	-	-
Resultado antes das (despesas)/receitas financeiras		(12.366)	(94.218)	(101.254)	(200.488)	(12.319)	(92.821)	(95.492)	(195.412)
Despesas financeiras	23	(116.017)	(102.861)	(340.322)	(303.627)	(116.080)	(103.477)	(346.134)	(306.509)
Receitas financeiras	23	19.119	19.915	42.796	74.427	19.140	19.168	42.851	72.229
Resultado financeiro líquido	23	(96.898)	(82.946)	(297.526)	(229.200)	(96.940)	(84.309)	(303.283)	(234.280)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(109.264)	(177.164)	(398.780)	(429.688)	(109.259)	(177.130)	(398.775)	(429.692)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	11	-	-	-	-	(5)	(34)	(5)	4
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	11	72	749	(453)	2.016	72	749	(453)	2.016
Prejuízo do período		(109.192)	(176.415)	(399.233)	(427.672)	(109.192)	(176.415)	(399.233)	(427.672)
Prejuízo atribuível aos Acionistas controladores		(109.192)	(176.415)	(399.233)	(427.672)	(109.192)	(176.415)	(399.233)	(427.672)
Quantidade de ações do período		61.462	61.387	61.462	61.387	61.462	61.387	61.462	61.387
ON - ações ordinárias nominativas		61.462	61.387	61.462	61.387	61.462	61.387	61.462	61.387
Prejuízo básico por ação – R$	24	(1,7766)	(2,8738)	(6,4956)	(6,9668)	(1,7766)	(2,8738)	(6,4956)	(6,9668)
Prejuízo diluído por ação – R$	24	(1,7766)	(2,8738)	(6,4956)	(6,9668)	(1,7766)	(2,8738)	(6,4956)	(6,9668)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias individuais e consolidadas
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora e consolidado 3T26	Controladora e consolidado 3T25 (reapresentado)	Controladora e consolidado 9M26	Controladora e consolidado 9M25 (reapresentado)
Prejuízo do período		(109.192)	(176.415)	(399.233)	(427.672)
Outros resultados abrangentes					
Variação cambial de investida no exterior	10	16	(440)	(2.861)	(2.313)
Total dos resultados abrangentes, líquido de impostos		(109.176)	(176.855)	(402.094)	(429.985)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias individuais e consolidadas
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em Tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	855.102	347.731	(37.932)	(960.261)	2.237	206.877
Prejuízo do período	-	-	-	(427.672)	-	(427.672)
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	(2.313)	(2.313)
Resultado total abrangente do período	-	-	-	(427.672)	(2.313)	(429.985)
Ações em tesouraria	-	(474)	474	-	-	-
Plano de opções de ações de empregados	-	81	-	-	-	81
Saldos em 30 de setembro de 2025 - reapresentado	855.102	347.338	(37.458)	(1.387.933)	(76)	(223.027)
Saldos em 1º de janeiro de 2026	855.102	347.367	(37.458)	(1.861.384)	82	(696.291)
Prejuízo do período	-	-	-	(399.233)	-	(399.233)
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	(2.861)	(2.861)
Resultado total abrangente do período	-	-	-	(399.233)	(2.861)	(402.094)
Ações em tesouraria	-	(229)	229	-	-	-
Plano de opções de ações de empregados	-	164	-	-	-	164
Saldos em 30 de setembro de 2026	855.102	347.302	(37.229)	(2.260.617)	(2.779)	(1.098.221)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias individuais e consolidadas – Método indireto
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025 (reapresentado)	30/09/2026	30/09/2025 (reapresentado)
Prejuízo do período	(399.233)	(427.672)	(399.233)	(427.672)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades (aplicadas nas) geradas pelas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social	453	(2.016)	458	(2.020)
Depreciação e amortização	50.832	58.223	52.217	59.581
Depreciação direito de uso	9.897	9.469	9.897	9.469
Resultado líquido apurado na alienação de imobilizado	62	(41)	51	(41)
Provisão para perdas em estoque	2.478	-	2.478	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	364	(1.965)	(8.497)	(1.965)
Perda sobre recebimento de cliente	926	-	16.446	-
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	21.682	1.214	-	-
Plano Pagamento baseado em ações	164	81	164	81
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	437	636	437	636
Outras despesas operacionais	-	28.390	-	28.390
Variação cambial de instrumentos financeiros	-	(2.219)	-	(2.219)
Variação cambial sobre mútuo	-	10.067	-	11.225
Juros sobre operações de mútuo	-	(2.309)	-	-
Juros sobre arrendamento	1.091	1.816	1.091	1.816
Despesas financeiras - líquidas	239.969	195.247	239.990	195.247
Rendimento de aplicações financeiras	(480)	(691)	(480)	(691)
Ajuste a valor justo - cotas FIDC	4.764	(31.468)	4.764	(31.468)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	(1.336)	5.933	(1.336)	5.933
	(67.930)	(157.305)	(81.553)	(153.698)
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(44.797)	49.176	(29.920)	51.819
Estoques	31.389	11.008	31.415	10.575
Tributos a recuperar	23.264	83.603	23.558	83.603
Outras contas a receber	5.704	(6.085)	7.150	(7.742)
Fornecedores	38.732	(10.574)	36.457	(9.461)
Obrigações sociais e trabalhistas	12.003	1.425	12.007	1.290
Tributos a recolher	3.010	(10.003)	2.675	(9.880)
Adiantamentos de clientes	57.969	(183.888)	57.704	(184.064)
Outras contas a pagar	(3.778)	(47.771)	(9.571)	(45.845)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	55.566	(270.414)	49.922	(263.403)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(9.191)	(9.656)	(9.191)	(9.656)
Juros pagos sobre arrendamentos	(1.091)	(1.816)	(1.091)	(1.816)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades	45.284	(281.886)	39.640	(274.875)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Ativos financeiros (Nota 5)	11.547	663	11.547	663
Aquisição de imobilizado (Nota 12)	(17.028)	(14.158)	(18.175)	(17.033)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	8	692	64	692
Aquisição de intangível (Nota 13)	(33.659)	(4.340)	(33.659)	(4.340)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(39.132)	(17.143)	(40.223)	(20.018)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos captados (Nota 15)	-	63.227	3.109	63.227
Empréstimos amortizados (Nota 15)	(16.786)	(27.750)	(16.786)	(27.750)
Custos de transação relacionados à captações	-	(2.984)	-	(2.984)
Pagamentos de arrendamento	(10.625)	(9.534)	(10.625)	(9.534)
Partes relacionadas	-	6.881	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(27.411)	29.840	(24.302)	22.959
Variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	(289)	(1.508)
				-
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(21.259)	(269.189)	(25.174)	(273.442)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.832	285.361	28.741	290.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.573	16.172	3.567	17.400
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(21.259)	(269.189)	(25.174)	(273.442)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado intermediárias individuais e consolidadas – informação suplementar
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas		(reapresentado)		(reapresentado)
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	505.269	587.464	524.439	676.119
Outras receitas	3.169	3.129	4.552	4.045
Provisão / reversão perdas estimadas com créditos	(1.290)	1.965	(7.949)	1.965
Resultado do valor justo dos contratos de energia	1.335	(5.933)	1.335	(5.933)
	508.483	586.625	522.377	676.196
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidos e dos serviços	(351.324)	(420.088)	(375.625)	(494.798)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(43.388)	(125.581)	(43.327)	(126.416)
Provisão para perda de estoques	(2.478)	-	(2.478)	-
	(397.190)	(545.669)	(421.430)	(621.214)
Valor adicionado bruto	111.293	40.956	100.947	54.982
Retenções				
Depreciação e amortização	(60.729)	(67.692)	(62.114)	(69.050)
Valor adicionado líquido produzido	50.564	(26.736)	38.833	(14.068)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(21.682)	(1.214)	-	-
Receitas financeiras	42.796	74.427	42.851	72.229
Outras	(6.199)	(13.038)	(6.199)	(13.040)
Valor adicionado total a distribuir	65.479	33.439	75.485	45.121
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	86.154	94.788	90.351	103.084
Remuneração direta	60.459	67.906	64.383	75.354
Benefícios	20.789	21.024	21.062	21.872
FGTS	4.906	5.858	4.906	5.858
Impostos, taxas e contribuições	36.497	60.158	36.309	60.585
Federais	34.091	53.953	34.231	54.196
Estaduais	2.353	6.147	2.025	6.331
Municipais	53	58	53	58
Remuneração de capitais de terceiros	342.061	306.165	348.058	309.124
Juros	340.321	303.628	346.131	306.509
Aluguéis	1.740	2.537	1.927	2.615
Remuneração de capitais próprios	(399.233)	(427.672)	(399.233)	(427.672)
Prejuízo do período	(399.233)	(427.672)	(399.233)	(427.672)
	65.479	33.439	75.485	45.121

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. (a "Companhia" ou, em conjunto com sua controlada Aeris Services LLC (Aeris Services), o "Grupo") é uma sociedade anônima de capital aberto constituída no Brasil em agosto de 2010, com ações negociadas na B3 – Bolsa de Valores de São Paulo, no Novo Mercado, pelo código "AERI3". Sua sede fica localizada na Rodovia CE 155, Km 02 - Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em Caucaia – CE com localização estratégica. A instalação da fábrica nessa região foi motivada pela redução dos custos logísticos, uma vez que cerca de 50% do potencial eólico brasileiro está há menos de 500 km da fábrica, também pela proximidade com o Porto do Pecém, utilizado tanto para exportação de pás quanto para recebimento de insumos via importação ou cabotagem. A Companhia tem como objeto social a exploração de negócio de construção e comercialização de pás de rotores para turbinas na geração eólica de energia elétrica, a prestação de serviços relacionados ao seu objeto social a terceiros.

Complementando a oferta de pás para aerogeradores, a Companhia tem consolidado sua operação de prestação de serviços com a Aeris Services.

A Companhia por meio de sua filial Aeris Services LATAM e sua controlada Aeris Services LLC mantém uma divisão de serviços especializados do Grupo, com profissionais capacitados e qualificados para atender o segmento eólico com soluções de ponta em O&M (Operação e Manutenção), manutenções preventivas e corretivas, engenharia, inspeções, pinturas, limpezas e reparos de todos os modelos de pás e de outros componentes eólicos, atuando em todo o continente americano. O mercado de serviços de manutenção em parques eólicos vem crescendo ano após ano em todo mundo e o Grupo está muito bem posicionado para capturar essa demanda. O Grupo possui importantes diferenciais competitivos frente aos seus concorrentes, tais como:

- Disponibilidade de mão-de-obra qualificada proveniente da fábrica de pás;
- Conhecimento de manufatura de pás para diversos modelos em operação;
- Time de Engenharia e Qualidade dedicado à Aeris Services possui profundo conhecimento na fabricação e reparo de pás;
- Disponibilidade de materiais para execução dos reparos.

Aliado ao conhecimento técnico, aplicamos tecnologia de ponta em nossos processos. A Aeris Services oferece soluções de monitoramento da frota de pás, através de inspeções internas e externas com utilização de drones e rovers e uso de inteligência artificial. As imagens são também analisadas pelo time de engenharia, indicando a criticidade e a necessidade de reinspeções periódicas ou reparos de cada defeito.

A Companhia também atua como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, tendo como foco a expansão das estratégias de gestão de riscos e a diversificação do portfólio de ofertas, acompanhando a abertura gradual do mercado e garantindo soluções de energia eficientes e competitivas para seus parceiros.

1.1. Continuidade operacional

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R$ 504.496 (R$ 114.792 em 31 de dezembro de 2025), uma apuração de prejuízo do período no montante de R$ 399.233 (R$ 427.672 em 30 de setembro de 2025) e posição de patrimônio líquido negativo de R$ 1.098.221 (negativo de R$ 696.291 em 31 de dezembro de 2025).

O resultado negativo e a consequente redução patrimonial decorreram, principalmente, de condições adversas observadas no ambiente econômico e setorial em que a Companhia atua, resultando em significativa redução da demanda no setor eólico nos últimos anos, com consequente cancelamento de contratos e oportunidades futuras com clientes relevantes.

A retração da demanda no mercado doméstico ao longo do ano de 2026 e do último exercício de 2025 foi agravada pelo patamar elevado da taxa Selic, que impactou negativamente a viabilidade econômica de projetos de implantação de parques eólicos, além do carregamento do custo da dívida em patamar elevado. A Administração da Companhia priorizou a adoção de medidas voltadas à adequação da sua estrutura de capital, reestruturação operacional e foco em eficiência, visando a continuidade de suas operações.

A avaliação da Administração sobre continuidade operacional considerou eventos e circunstâncias conhecidos até 09 de novembro de 2026, data de aprovação destas informações contábeis intermediárias.

A seguir estão detalhadas as principais medidas:

Reestruturação de capital

Nesse contexto, destaca-se a repactuação das debêntures e de dívidas bancárias, totalizando R$ 1.409.169 renegociados, sendo R$ 1.056.316 referente às debêntures e R$ 352.853 relativos às dívidas com às instituições financeiras Banco Votorantim, Banco do Brasil e Santander. A repactuação foi concluída em maio de 2025. As renegociações contemplaram, principalmente, a extensão dos prazos de vencimento, condições de repagamento e a revisão dos índices financeiros (covenants) a serem observados pela Companhia, conforme nota explicativa 15.

Adicionalmente, a Companhia encontra-se em negociação com o BNDES referente a obrigações vencidas em agosto de 2026 (principal de R$ 93.000 e juros de R$ 35.231), bem como encargos vencidos em agosto de 2025. Até a data de autorização destas demonstrações, não havia definição final dos termos, e a conclusão está sujeita a negociações e aprovações internas do credor. Registra-se, contudo, o recebimento de comunicação do BNDES, no âmbito do Contrato nº 23.8.0018.1 (Finame), relacionada às tratativas e negociações em curso entre as partes, matéria que permanece em discussão.

Com base nas renegociações já concluídas e naquelas atualmente em curso, a Administração vem implementando estratégias de médio e longo prazo voltadas à geração de caixa operacional e ao reequilíbrio de sua estrutura de capital, com o objetivo de assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras perante debenturistas e instituições financeiras, bem como mitigar riscos relacionados à liquidez e à continuidade operacional.

Plano de recuperação extrajudicial

Conforme divulgado ao mercado, em 27 de agosto de 2026, a Companhia obteve proteção judicial temporária, pelo prazo de 60 dias, com o objetivo de proporcionar um ambiente jurídico adequado à condução das negociações com seus credores financeiros e à implementação de medidas destinadas à reestruturação de seu endividamento.

No âmbito desse processo, a Companhia vem conduzindo negociações com seus principais credores financeiros, buscando estabelecer condições que permitam a readequação do perfil de sua dívida, o fortalecimento de sua posição de liquidez e a otimização de sua estrutura de capital, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade financeira e a continuidade de suas operações no longo prazo.

Em 3 de novembro de 2026, conforme Fato Relevante divulgado naquela data, a Companhia protocolou pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”) sob número 4156514-93.2026.8.26.0100, como parte da estratégia de proporcionar segurança jurídica à continuidade das negociações e viabilizar a conclusão do processo de reestruturação financeira.

O Plano possui escopo principalmente financeiro e abrange os créditos quirografários não correntes (créditos abrangidos), incluindo as parcelas de créditos financeiros não cobertas por garantias reais ou fiduciárias, no montante total de R$ 1.524.489 mil, apurado em 31 de outubro de 2026. Não estão sujeitos ao Plano os créditos de natureza tributária, os derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, tampouco aqueles oriundos de fornecimentos operacionais habituais de bens ou serviços essenciais ao exercício da atividade empresarial.

Na data do protocolo, o Plano contava com a adesão de credores representativos de 42,18% dos créditos abrangidos, computados para fins de quórum, percentual superior ao mínimo de um terço previsto no artigo 163, § 7º, da LRF. Nos termos da

legislação aplicável, a Companhia deverá demonstrar, no prazo de 90 dias contados do ajuizamento do pedido, a adesão de credores titulares de mais da metade dos créditos abrangidos, quórum necessário à homologação do Plano.

Andamento das negociações e próximos passos

O Plano foi apresentado no contexto das negociações em andamento com os credores financeiros da Companhia, que seguem sendo conduzidas com o objetivo de alcançar uma solução consensual para a reestruturação do endividamento.

As medidas em discussão contemplam, entre outras alternativas, a readequação dos prazos e condições de pagamento das obrigações financeiras, buscando compatibilizar o serviço da dívida com a capacidade de geração de caixa da Companhia e suas necessidades operacionais.

A apresentação do pedido de recuperação extrajudicial representa uma etapa desse processo, destinada a conferir maior previsibilidade e segurança jurídica às negociações, permitindo sua continuidade no âmbito do procedimento previsto na LRF.

A Companhia permanece empenhada na obtenção das adesões adicionais necessárias à homologação do Plano e na conclusão das negociações com os demais credores financeiros, inclusive aqueles cujos créditos não estão sujeitos aos seus efeitos.

A conclusão da reestruturação e a implementação de eventuais novas condições financeiras permanecem sujeitas à evolução das negociações, à obtenção das aprovações necessárias e ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis. A Administração segue avaliando os possíveis impactos do processo sobre a posição financeira, a liquidez e a continuidade operacional da Companhia.

Reorganização Operacional

Ao longo dos últimos trimestres, a Administração vem implementando medidas de simplificação da estrutura para adequar as despesas ao nível de demanda. Nesse contexto, lançou o programa de eficiência Eixo Forte, com metas e acompanhamento por área. O programa já registra capturas realizadas relevantes e há outros ganhos e economias previstas para os próximos exercícios. Em paralelo, fóruns coordenados por FP&A e Suprimentos revisam contratos e mapeiam oportunidades de redução de custos.

A Companhia está conduzindo uma retomada acelerada do programa V150 para a Vestas, o que eleva a utilização da capacidade produtiva instalada. Para apoiar essa retomada, Aeris e Vestas instituíram uma força-tarefa conjunta, com especialistas do cliente atuando diretamente na fábrica, voltada à estabilização e ao ganho de produtividade do fluxo produtivo. A Administração entende que essa retomada, somada às medidas de eficiência, deve favorecer a diluição dos custos fixos e a recuperação gradual das margens.

Diante do aumento das barreiras tarifárias aplicadas a produtos provenientes da China, a Companhia enxerga uma oportunidade estratégica para ampliar sua atuação como plataforma industrial e logística voltada à exportação, atendendo clientes dos mercados latino-americano e norte-americano. Essa perspectiva ganha força à medida que fabricantes chineses de turbinas avançam nas negociações com a Companhia, não apenas para o fornecimento de aerogeradores, mas também para a produção local de componentes adicionais da cadeia eólica. Na América Latina, países como Argentina e Chile seguem ampliando sua relevância, enquanto mercados emergentes, como Peru e México, despontam com forte potencial de desenvolvimento. Já na América do Norte, os Estados unidos e o Canadá surge como uma alternativa atrativa para a expansão das operações e geração de novos negócios.

Um dos fatores de aumento de demanda do mercado local é a instalação de novos datacenters. Com investimentos relevantes, os datacenters no Ceará são impulsionados pela localização estratégica tanto no que diz a produção de energia verde como a disponibilidade dos cabos de dados que ligam o Ceará aos Estados unidos e Europa. Os quatro moldes reativados, relativos ao modelo V150, já estão relacionados a essa demanda. Isso reforça a capacidade da Companhia de exportar e atender a demanda doméstica crescente.

A Companhia manteve forte participação no mercado externo ao longo de 2026, com 77% das vendas acumuladas até o terceiro trimestre destinadas à exportação, enquanto que, 23% foram direcionadas ao mercado nacional, evidenciando a competitividade de seus produtos no mercado internacional. Para o encerramento do exercício, a expectativa é de manutenção de proporção similar, observada a flexibilidade contratual dos clientes para direcionar a produção conforme as necessidades da demanda global.

Planejamento estratégico

A Administração está revisando o planejamento estratégico dos próximos anos. O objetivo é equilibrar quatro variáveis:

(i) o nível de demanda esperado, considerando a retomada do programa V150;
(ii) a adequação da estrutura variável;
(iii) a simplificação dos demais custos;
(iv) a diversificação de receitas, tanto pela ampliação do volume com a Vestas quanto pela captação de novos clientes.

A primeira versão do plano já foi concluída, a qual serve de base para o alinhamento com os credores financeiros, incluindo a projeção da dívida nas novas condições em negociação. O plano será refinado à medida que avançarem as tratativas comerciais e de reestruturação.

Captação de novos clientes

As oportunidades de novos clientes e de aumento de receita com clientes atuais estão concentradas em quatro frentes:

1. Ampliação com a Vestas: negociações para receber novos moldes (linhas de produção) de modelos de pás já em produção seriada. Isso permitiria aumento de volume com menor risco de industrialização. Todavia, o cenário de demanda doméstico continua desafiador e os novos contratos por parte do nosso cliente (Vestas) são o principal fator para esse aumento de volume.
2. Novos entrantes chineses: tratativas com três fabricantes, um deles em fase de elaboração de pré-contrato. Novamente, a expectativa de assinatura de contrato permanece, condicionada, porém, a eventos de venda de turbinas por parte dos OEMs (*Original Equipment Manufacturer)* chineses.
3. OEMs com histórico de fornecimento: retomada de contato com fabricantes para os quais a Aeris já forneceu pás, com foco no mercado de repowering norte-americano.
4. Pás de reposição para exportação: contrato assinado em setembro de 2026 com desenvolvedor norte-americano. Ele está estruturado em fases (projeto da pá, fabricação de moldes e fabricação das pás), e cada fase seguinte é condicionada ao êxito da anterior.

A conversão dessas oportunidades em receita depende de etapas comerciais e de qualificação técnica ainda em curso. A Administração acompanha esse pipeline mensalmente junto ao Conselho de Administração.

Desenvolvimento de novas linhas de negócios

O contrato descrito no item 4 acima inicia um novo modelo de atuação: a Aeris passa a responder também pelo projeto estrutural das pás, e não apenas pela fabricação, agregando valor na cadeia. A primeira fase, de projeto, encontra-se em andamento. Como as fases seguintes, de maior valor, estão condicionadas ao seu êxito, a exposição da Companhia fica limitada nesta etapa inicial.

Gestão dos estoques

Como resultado da retomada gradual das operações industriais, observou-se, ao final do primeiro semestre de 2026, a formação de estoques necessários para suportar o início da produção das novas linhas e o atendimento da carteira de pedidos. Com o avanço do processo de ramp-up operacional e o início das vendas associadas a essas linhas produtivas ao longo do terceiro trimestre, o saldo total de estoques foi reduzido de R$ 181.897 em 31 de dezembro de 2025 para R$ 147.970 em 30 de setembro de 2026, uma redução de 18,65% refletindo a conversão dos estoques em faturamento e a normalização do fluxo operacional. Esse movimento é compatível com a dinâmica esperada para a fase de maturação das novas linhas, na qual há uma elevação temporária dos estoques durante o início da produção, seguida por sua gradual redução à medida que os volumes produzidos passam a ser comercializados.

A movimentação dos estoques no período reflete o alinhamento entre o planejamento de produção, a estratégia comercial e a gestão da cadeia de suprimentos. Destaca-se, ainda, a evolução dos processos de controle e planejamento do abastecimento de materiais, proporcionando maior previsibilidade operacional e maior integração entre as áreas de planejamento, suprimentos e operações.

Paralelamente, a Administração realizou nova avaliação da recuperabilidade dos estoques, considerando as perspectivas de utilização nos processos produtivos, as condições de mercado e a expectativa de realização econômica dos ativos. Como resultado dessa análise, até 30 de setembro de 2026 foi reconhecida a baixa (write-off) de estoques no montante de R$ 44.278, limitada ao valor previamente provisionado, refletindo o entendimento da Administração de que esses itens não apresentam expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A redução dos estoques ao longo do período decorre principalmente do avanço do ramp-up das novas linhas produtivas e da consequente conversão dos estoques formados na fase inicial de produção em faturamento. O movimento evidencia a evolução da operação para patamares mais estáveis de produção e atendimento da demanda, com gradual normalização dos níveis de estoque.

As iniciativas implementadas reforçam o compromisso da Companhia com a eficiência operacional, a disciplina financeira e o alinhamento entre o planejamento de produção, a demanda comercial e a gestão do capital de giro.

Continuidade operacional

A Administração avalia continuamente a existência de condições ou eventos que possam indicar incerteza relevante relacionada à capacidade da Companhia de manter a continuidade operacional. A continuidade operacional está condicionada, principalmente, à conclusão das reestruturações, operacional e de estrutura de capital, e consequente, capacidade de geração de caixa operacional suficiente para o cumprimento de suas obrigações financeiras nos prazos acordados.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, conforme requerido pelas normas contábeis vigentes, com base na avaliação realizada pela Administração.

1.2. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

A Companhia possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir e/ou eliminar as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, consequentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2025 e com o Formulário de Referência da Companhia, disponíveis na página de Relações com Investidores. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

As práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e sua controlada estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

A aprovação e autorização para a emissão das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração em 09 de novembro de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas informações contábeis intermediárias, quando requeridos.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas com valores em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Reais (R$), os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

i. Operações no exterior

Os valores de ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para Reais (R$) pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Em caso de venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente à essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com os CPCs e IFRSs, os quais requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis materiais. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisados e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas críticas estão descritas na Nota 3.2.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.Reapresentação de cifras comparativas

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs)

A Companhia mantinha essa aplicação financeira registrada a custo amortizado e, em conformidade com o IFRS 9, desde dezembro de 2025, alterou de forma retroativa para mensuração a valor justo por meio do resultado, reconhecendo no resultado do período, na rubrica do resultado financeiro, a variação do valor justo desse instrumento financeiro, e em conformidade com a posição da marcação a mercado da mensuração ao valor justo. Esse reconhecimento reflete os efeitos da valorização dos FIDCs no período, conforme avaliação com base em informações de mercado disponíveis. Em 2026, a Companhia está reapresentando os efeitos no resultado dos trimestres de 2025.

Contratos de energia – mensuração a valor justo

A Companhia identificou que determinados contratos de compra e venda de energia elétrica referentes ao volume não destinado ao consumo próprio atendem à definição de instrumento financeiro. Dessa forma, esses contratos foram contabilizados como derivativos, nos termos do IFRS 9, desde dezembro de 2025, sendo inicialmente reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo na data de celebração do derivativo e, posteriormente, reavaliados a valor justo na data do balanço. Tal reconhecimento assegura que esses contratos estejam mensurados e reconhecidos em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Em 2026, A Companhia está reapresentando os efeitos no resultado dos trimestres de 2025.

Abaixo seguem os montantes comparativos que foram reapresentados:

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2025			30/09/2025		
Demonstração do resultado	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado do valor justo dos contratos de energia	-	(5.933)	(5.933)	-	(5.933)	(5.933)
Lucro bruto	9.876	(5.933)	3.943	22.326	(5.933)	16.393
Receitas financeiras	85.261	(10.834)	74.427	83.063	(10.834)	72.229
Resultado financeiro líquido	(218.366)	(10.834)	(229.200)	(223.446)	(10.834)	(234.280)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	2.016	2.016	-	2.016	2.016
Prejuízo do período	(412.921)	(14.751)	(427.672)	(412.921)	(14.751)	(427.672)
Prejuízo atribuível aos Acionistas controladores	(412.921)	(14.751)	(427.672)	(412.921)	(14.751)	(427.672)
Prejuízo básico por ação – R$	(6,7265)	(0,2403)	(6,9668)	(6,7265)	(0,2403)	(6,9668)
Prejuízo diluído por ação – R$	(6,7265)	(0,2403)	(6,9668)	(6,7265)	(0,2403)	(6,9668)

	Controladora e consolidado		
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Original	Ajuste	Reapresentado
Saldos em 1° de janeiro de 2025	(960.261)	-	(960.261)
Prejuízo do período	(412.921)	(14.751)	(427.672)
Saldos em 30 de setembro de 2025	(1.373.182)	(14.751)	(1.387.933)

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2025			30/09/2025		
Demonstração do valor adicionado	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receitas						
Provisão / reversão perdas estimadas com créditos	21.718	(19.753)	1.965	21.718	(19.753)	1.965
Resultado do valor justo dos contratos de energia	-	(5.933)	(5.933)	-	(5.933)	(5.933)
Insumos adquiridos de terceiros						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(145.335)	19.754	(125.581)	(146.170)	19.754	(126.416)
Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	85.261	(10.834)	74.427	83.063	(10.834)	72.229
Impostos, taxas e contribuições Federais	55.969	(2.016)	53.953	56.212	(2.016)	54.196
Remuneração de capitais próprios						
Prejuízo do período	(412.922)	(14.750)	(427.672)	(412.922)	(14.750)	(427.672)

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2025			30/09/2025		
Demonstração dos fluxos de caixa	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Prejuízo do período	(412.921)	(14.751)	(427.672)	(412.921)	(14.751)	(427.672)
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.016)	(2.016)	(4)	(2.016)	(2.020)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	-	5.933	5.933	-	5.933	5.933
Rendimento de aplicações financeiras	(42.301)	41.610	(691)	(42.301)	41.610	(691)
Ajuste a valor justo - cotas FIDC	-	(31.468)	(31.468)	-	(31.468)	(31.468)
Tributos a recuperar	82.001	1.602	83.603	82.001	1.602	83.603
Aplicação em ativos financeiros	(41.438)	42.101	663	(41.438)	42.101	663
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	340.360	(54.999)	285.361	345.841	(54.999)	290.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	28.160	(11.988)	16.172	29.388	(11.988)	17.400

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, são consistentes com aquelas aplicadas e divulgadas na nota explicativa n°3 das demonstrações contábeis auditadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, exceto as normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, as quais não produziram efeitos significativos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

Importante ressaltar que tais políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 1º de janeiro de 2026

As emissões/alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) que são efetivas para o exercício iniciado em 2026 não tiveram impactos nas informações contábeis intermediárias. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas informações contábeis intermediárias da adoção destas normas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	01/01/2027
IAS 28 (Alteração)	Investimentos em Coligadas e Empresas Controladas em Conjunto	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS S1	Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	01/01/2026
IFRS S2	Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima	01/01/2026
IAS 21 (Alteração)	Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária – altera requisitos de tratamento e divulgação previstos originalmente na norma.	01/01/2027
Exemplos Ilustrativos – IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 (Alteração)	Divulgações sobre incertezas nas demonstrações contábeis – altera requisitos de divulgação previstos originalmente nas normas.	01/01/2027

- Emissão da Norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: A Companhia iniciou, em 2025, o projeto de avaliação e implementação do IFRS 18 , norma que substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes, fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários e trará mudanças relevantes na forma de apresentação do desempenho financeiro e na estrutura das demonstrações financeiras. O projeto está sendo conduzido com o suporte de consultoria externa especializada, em conjunto com as áreas internas envolvidas. Foi estabelecido um cronograma formal de implementação, que inclui as fases de diagnóstico, desenho das soluções, adequações de processos, controles e sistemas, testes e capacitação das equipes, de modo a assegurar a adoção tempestiva e consistente do IFRS 18 a partir de 1° de janeiro de 2027, sua data de vigência obrigatória.

A Administração encontra-se em fase de implementação dos impactos identificados da nova norma, com foco na estruturação, execução e validação dos processos e controles internos requeridos, bem como na avaliação dos reflexos nas demonstrações financeiras e divulgações da Companhia.

- Alteração da norma IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empresas Controladas em Conjunto: Esta alteração esclarece os critérios de elegibilidade para utilização da opção de mensuração de investimentos em coligadas e empresas controladas em conjunto ao valor justo por meio do resultado, em conformidade com a IFRS 9, alinhando tais requisitos aos conceitos previstos na IFRS 18. A alteração é aplicável quando da adoção da IFRS 18. A Companhia não espera impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis decorrentes da adoção desta alteração.

- Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade – IFRS S1: Estabelece requisitos gerais para divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade, abrangendo a divulgação de riscos e oportunidades que possam afetar o desempenho, a posição financeira, os fluxos de caixa e a geração de valor da Companhia no curto, médio e longo prazo.

- Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima – IFRS S2: Estabelece requisitos específicos para divulgação de informações relacionadas ao clima, incluindo riscos físicos, riscos de transição e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas.

Em 29 de maio de 2026, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") publicou a Resolução CVM nº 244, que alterou a Resolução CVM nº 193/2023 e revisou o modelo de adoção dos padrões de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade ("CBPS"), convergentes às normas internacionais emitidas pelo International Sustainability Standards Board ("ISSB"), incluindo as IFRS S1 e IFRS S2. A principal alteração introduzida pela nova regulamentação foi a revogação da obrigatoriedade de adoção destes padrões pelas companhias abertas, passando a vigorar um modelo de adoção voluntária. As normas IFRS S1 e IFRS S2 não alteram os critérios de reconhecimento, mensuração ou apresentação das demonstrações financeiras, mas introduzem requerimentos adicionais de divulgação relacionados à sustentabilidade e ao clima no contexto dos relatórios corporativos. A Administração acompanha continuamente a evolução das práticas de mercado, das expectativas dos investidores e do ambiente regulatório relacionados aos relatórios de sustentabilidade e clima. Nesse contexto, a Companhia informa que, neste momento, não adotará voluntariamente os requisitos de divulgação previstos nas normas IFRS S1 e IFRS S2. Em linha com as disposições regulatórias aplicáveis, a Companhia optará pela abordagem "pratique ou explique", divulgando as informações de sustentabilidade requeridas na medida em que estejam implementadas em sua estrutura de governança, gestão de riscos e reporte, ou apresentando as respectivas justificativas quando tais práticas ainda não tiverem sido adotadas.

Em relação às demais normas contidas na tabela acima, não é esperado impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em períodos futuros.

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias da Companhia e sua controlada requerem que sua Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações contábeis intermediárias.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de créditos tributários

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao período corrente e período anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período que está sendo reportado. A Companhia possui acúmulo de créditos tributários registrados no ativo, decorrentes de saídas incentivadas nas vendas para o mercado externo e de saídas isentas no mercado interno.

A Administração possui planos para a realização futura dos referidos créditos de ICMS, com algumas alternativas de realização que são consideradas, mas não limitadas, às seguintes alternativas: (i) desenvolvimento de novos negócios que possuam saída tributada de ICMS em segmentos que apresentem sinergia com os atuais negócios da Companhia, como a fabricação de componentes em materiais compósitos para máquinas e equipamentos que promovam a aceleração do processo de transição energética; (ii) pedido de aprovação e ressarcimento dos referidos créditos tributários, junto às autoridades fiscais, dentre outras medidas.

Perda na realização dos estoques

A Administração exerce julgamentos significativos na avaliação da recuperabilidade dos estoques, considerando as perspectivas de consumo na produção, as condições de mercado, o tempo de permanência dos itens em estoque, a obsolescência e demais evidências disponíveis na data de reporte.

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, sendo reconhecidas perdas estimadas quando identificadas evidências de que seus valores contábeis não serão recuperados. As estimativas são revisadas periodicamente, podendo resultar na constituição ou reversão de perdas anteriormente reconhecidas, bem como na baixa de estoques para os quais não são esperados benefícios econômicos futuros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não vem reconhecendo ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, o qual não está registrado nas demonstrações financeiras em função da incerteza quanto à sua realização futura.

Arrendamentos a pagar

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

Vida útil do ativo imobilizado

A vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia foi estabelecida pela sua equipe técnica interna, definida especificamente pelos profissionais responsáveis pela produção e pela manutenção das suas instalações.

Para tanto, foram utilizadas as seguintes premissas:

- Planejamento de gastos com o ativo imobilizado: política de substituição de máquinas, defasagem tecnológica dos bens e comparativos com a tecnologia utilizada pela concorrência, nível de obsolescência, etc.;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou pela mudança na demanda do mercado para o produto derivado do ativo;
- Condições de uso: instalações, umidade no ambiente, calor, poeira, sujeira, etc;
- Avaliação do histórico e comparativo dos bens semelhantes, inclusive comparações com empresas do mesmo setor; e Política de manutenção da Companhia – visando salvaguardar os ativos.

Reconhecimento da receita de pás eólicas

As transações de vendas de pás eólicas, cumpre com o modelo de negócio conhecido como “Bill and Hold” (faturar e manter). De acordo com a prática contábil, o conceito de transferência de controle do ativo é distinguido da transferência da posse física do ativo ao cliente.

Após a desmoldagem das pás eólicas, o cliente possui a capacidade de direcionar o uso do produto e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios remanescentes do produto, mesmo que tenha decidido não exercer seu direito de tomar a posse física do ativo após a conclusão do ativo. Portanto, o reconhecimento contábil da receita com venda de pás ocorre quando da conclusão do processo de desmoldagem das pás eólicas, e permanece à disposição para a entrega quando o cliente determinar a expedição do produto.

A Administração considera se tratar de uma estimativa crítica dada às características específicas do momento de reconhecimento da receita no momento da transferência do controle, que é distinto do momento de transferência da posse do ativo ao cliente.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A estimativa das provisões para contingências envolve julgamento significativo da Administração, considerando as evidências disponíveis, a legislação aplicável, a jurisprudência relevante e as avaliações de advogados externos. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos e o valor pode ser estimado de forma confiável, sendo revisadas periodicamente para refletir mudanças nas circunstâncias dos processos.

Valor justo dos contratos de energia

A Administração exerce julgamento na determinação do valor justo dos contratos de energia, especialmente na definição das premissas utilizadas para sua mensuração. Tais contratos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os instrumentos financeiros de contrato de energia são celebrados e são reavaliados a valor justo na data-base do balanço.

3.3. Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Recursos em caixa	34	41	34	41
Recursos em banco	444	680	1.438	5.589
Aplicações financeiras	2.095	23.111	2.095	23.111
Total	2.573	23.832	3.567	28.741

As aplicações financeiras, referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez (até 90 dias), classificados como custo amortizado, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de setembro de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, os investimentos financeiros eram compostos por operações compromissadas, remuneradas à taxa média anual de 80% do CDI e aplicações automáticas, que correspondem à alocação temporária de recursos disponíveis em instrumentos de liquidez imediata.

As aplicações são mantidas para gestão de liquidez e administração de caixa, permanecendo disponíveis para utilização pela Companhia conforme suas necessidades operacionais.

5. Ativos financeiros

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Fundo de investimentos - FIDC (a)	84.254	89.444
Fundo de Investimentos - BNB (b)	1.136	8.340
Aplicação CDB Vinc. Fiança - Safra (b)	-	3.843
Total	85.390	101.627
Circulante	928	6.732
Não Circulante	84.462	94.895
Total	85.390	101.627

a) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC's

Em 02 de abril de 2024, foi firmado o Contrato de Cessão e Endosso de Direitos de Crédito e Outras Avenças, entre Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. (Cedente) e Aeris Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria e Comércio (CNPJ: 54.349.601/0001-33), com início de operação em julho de 2024. O FIDC Aeris foi registrado na CVM e na B3.

A Companhia opera com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC's com o objetivo de antecipar recebíveis, os quais estão registrados na rubrica de Adiantamento de Clientes. Ao negociar seus recebíveis com um FIDC, a Companhia obtém liquidez imediata, captando recursos para capital de giro ou outros fins, sendo sem coobrigação ou direito de regresso.

Conforme Circular CVM no 01/2017, para fins de apresentação de venda definitiva de recebíveis, o cedente não pode ter qualquer gerenciamento, envolvimento, ou acerto futuro com os títulos vencidos do FIDC, e consequentemente, exposição aos riscos advindos deles. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de default limitado as suas cotas subordinadas. Cabe destacar que, a Companhia possui uma política de concessão de crédito bastante rigorosa, o que ocasiona baixos níveis de inadimplência.

Todo o resultado é destinado às cotas subordinadas detidas pela própria Companhia e cotas sênior e mezanino detidas por outros investidores. O percentual de participação e o número de cotas no FIDC Aeris referem-se à garantia e limite do risco sob responsabilidade da Companhia, as quais correspondem à totalidade das cotas subordinadas integralizadas e mantidas pela Companhia junto ao FIDC Aeris.

O rendimento do fundo é contabilizado mensalmente de acordo com a atualização das Cotas Subordinadas Júniores da Aeris. As cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do fundo. O fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160 e demais disposições legais regularmente aplicáveis.

As aplicações financeiras do Fundo são compostas por operações compromissadas e títulos de renda fixa investidos em Letras do Tesouro Nacional (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs). Esses instrumentos são classificados como aplicações interfinanceiras de liquidez e mensurados pelo custo amortizado.

Segue abaixo a composição do fundo referente a Aeris:

Série única	% PL do fundo	Quantidade	Valor da cota	Valor em R$
30/09/2026	60%	38.125	2.210	84.253.617
31/12/2025	38%	38.505	2.399	92.381.425

As aplicações financeiras do Fundo são compostas por operações compromissadas e títulos de renda fixa investidos em Letras do Tesouro Nacional (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs). Esses instrumentos são classificados como aplicações interfinanceiras de liquidez.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras compreendem instrumentos de curto e longo prazo, classificados ao custo amortizado. Esses investimentos estão vinculados às operações financeiras da Companhia, remunerados, em 30 de setembro de 2026, à taxa média anual equivalente a 92% do CDI (95% do CDI em 31 de dezembro de 2025). Ressalta-se que as aplicações junto ao BNB não possuem liquidez imediata, portanto, não estão disponíveis para uso operacional pela Companhia.

6. Contas a receber de clientes e Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Venda de pás	360.947	305.925	360.947	305.925
Prestação de serviços	55.972	68.590	68.498	114.812
Partes relacionadas (Nota 9)	1.573	7.095	-	-
Subtotal contas a receber de clientes	418.492	381.610	429.445	420.737
(-) Provisão para perdas de créditos estimadas	(240.424)	(240.061)	(240.424)	(249.701)
Total contas a receber de clientes	178.068	141.549	189.021	171.036

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Adiantamento de clientes	(329.586)	(271.617)	(329.586)	(271.897)
Total adiantamento de clientes	(329.586)	(271.617)	(329.586)	(271.897)

A seguir, demonstramos a composição da carteira de contas a receber de clientes por idade de vencimento, líquidas das perdas de crédito estimadas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
A vencer	167.186	121.384	177.905	144.322
Vencidos				
Até 30 dias	9.476	11.919	9.613	19.802
De 31 a 60 dias	127	2.333	127	1.374
De 61 a 90 dias	443	1.070	540	1.292
Acima de 91 dias	241.260	244.904	241.260	253.947
(-) Provisão para perdas de créditos estimadas	(240.424)	(240.061)	(240.424)	(249.701)
Contas a receber líquido	178.068	141.549	189.021	171.036

A movimentação das perdas de crédito estimadas é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2025	(213.225)	(213.225)
Adições	(48.554)	(58.194)
Baixa de montantes incobráveis	21.718	21.718
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(240.061)	(249.701)
Adições	(686)	(742)
Baixa de montantes incobráveis	323	10.019
Saldos em 30 de setembro de 2026	(240.424)	(240.424)

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Devido à descontinuidade dos contratos de parceria comercial, a Companhia constituiu provisão para perdas estimadas, considerando uma moderada probabilidade de perda dos valores a receber dos créditos questionados, decorrentes de processos, reembolsos de materiais e perdas no processo produtivo.

Em 30 de setembro de 2026, os adiantamentos de clientes representavam os valores recebidos antecipadamente pela Companhia em função de negociações comerciais relacionadas à produção de pás. Esses valores serão compensados com faturamentos futuros ao longo de um ano, sendo assim, estão classificados no passivo circulante. Em 30 de setembro de 2026, a composição da conta de adiantamentos de clientes totaliza R$ 329.586, dos quais R$ 138.345 refere-se a valores registrados junto ao FIDC e R$ 191.241 refere-se a adiantamento de clientes (R$ 271.897 em 31 de dezembro de 2025, dos quais R$ 188.693 refere-se ao FIDC e R$ 83.204 a adiantamento de clientes).

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Matéria-prima	123.127	120.481	123.127	120.481
Produto em elaboração	60.679	125.313	60.679	125.313
Material auxiliar	24.485	26.006	25.119	26.700
Produto acabado	164.612	179.281	164.612	179.281
Material de manutenção	20.303	20.186	20.303	20.186
Material de segurança	1.532	978	1.532	978
Outros	4.119	4.616	4.119	4.616
(-) Provisão para perdas em estoque	(251.521)	(295.658)	(251.521)	(295.658)
Total	147.336	181.203	147.970	181.897

A posição de estoques reflete a estratégia operacional adotada para assegurar a continuidade da produção e o atendimento aos compromissos comerciais previstos para os próximos períodos. A administração mantém acompanhamento permanente dos níveis de materiais e componentes críticos, buscando equilibrar disponibilidade de insumos, eficiência operacional e utilização do capital de giro.

A movimentação dos estoques no período refletiu o alinhamento entre o planejamento de produção, a estratégia comercial e a gestão da cadeia de suprimentos. A evolução dos processos de planejamento e controle de materiais proporcionou maior previsibilidade operacional e integração entre as áreas envolvidas. Adicionalmente, as iniciativas de otimização dos estoques e o avanço do ramp-up das novas linhas produtivas contribuíram para a redução da posição de estoques, à medida que os volumes anteriormente constituídos passaram a ser consumidos no processo produtivo e convertidos em vendas e entregas aos clientes.

Em razão das características da cadeia de suprimentos da Companhia, os pedidos de aquisição de insumos estratégicos são realizados com antecedência, observando prazos de fornecimento que podem variar entre quatro e nove meses, contribuindo para a adequada programação das operações industriais.

No período findo em 30 de setembro de 2026, o consumo de estoques reconhecido na rubrica de "Custo dos Produtos Vendidos" totalizou R$ 450.738 na Controladora (R$ 533.146 em 30 de setembro de 2025) e R$ 473.914 no Consolidado (R$ 609.159 em 30 de setembro de 2025), refletindo o volume de produção e faturamento registrado ao longo do ano.

A movimentação das perdas de estoques estimadas é como segue:

	Controladora e Consolidado				
	Matéria-prima	Produto em elaboração	Produto acabado	Material de manutenção	Total
Em 31 de dezembro de 2024	55.421	404.120	45.886	-	505.428
Adições	37.337	57.678	78.631	2.101	175.746
Reversões (a)	(525)	-	-	-	(525)
Consumos (Write-off) (b)	-	(384.993)	-	-	(384.993)
Em 31 de dezembro de 2025	92.233	76.805	124.517	2.101	295.656
Adições	384	7.114	-	-	7.498
Reversões (a)	(7.263)	-	-	(92)	(7.355)
Consumos (Write-off) (b)	-	(44.278)	-	-	(44.278)
Em 30 de setembro de 2026	85.354	39.641	124.517	2.009	251.521

a) Referem-se a materiais reaproveitados no processo produtivo. A Administração realiza periodicamente avaliações sobre a recuperabilidade de seus estoques, considerando fatores como perspectivas de consumo na produção, condições de mercado, tempo de permanência dos itens em estoque, obsolescência tecnológica e demais evidências disponíveis na data de reporte. Com base nessas análises, foram registradas reversões de provisões anteriormente constituídas, no montante de R$ 525 em 31 de dezembro de 2025 e de R$ 7.355 em 30 de setembro de 2026.

b) Foram baixados (write-off) estoques anteriormente provisionados, totalizando R$ 384.993 em 2025 e R$ 44.278 até 30 de setembro de 2026. Os critérios adotados estão em conformidade com o CPC 16 (R1) – Estoques. Diante desse contexto, a Companhia procedeu à baixa (write-off) de parte desses estoques, limitando o efeito ao montante previamente provisionado. Essa decisão reflete o julgamento da Administração quanto à inexistência de benefícios econômicos futuros associados a esses ativos e está alinhada à política contábil da Companhia de mensurar seus estoques pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

A Administração entende que o saldo remanescente da provisão representa adequadamente os riscos associados à realização dos estoques e está alinhado à política contábil da Companhia e aos critérios estabelecidos pelo CPC 16 (R1) – Estoques, que determinam sua mensuração pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o respectivo valor realizável líquido.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
ICMS (a)	85.122	101.691	85.122	101.691
IPI (b)	10.027	12.849	10.027	12.849
PIS (c)	4.282	3.660	4.282	3.660
COFINS (c)	14.630	16.389	14.630	16.389
REINTEGRA	425	369	425	369
IRPJ / CSLL (d)	7.896	9.428	7.896	9.428
Outros tributos	2.704	3.558	2.730	3.899
	125.086	147.944	125.112	148.285
Circulante	48.569	78.305	48.595	78.646
Não circulante	76.517	69.639	76.517	69.639

(a) A Companhia recuperou no exercício de 2026 em créditos de ICMS o montante de R$10.002 (R$ 100.016 no exercício de 2025), por meio de pedidos de ressarcimento em espécie junto ao Governo do Estado do Ceará e da venda de créditos por transferência à Enel. A Companhia mantém a expectativa de recuperação do saldo remanescente desses créditos, seja por meio de operações no mercado interno com incidência de ICMS, seja pela continuidade da comercialização junto à Enel.

(b) Do saldo de ICMS, o montante de R$ 36.005 está vinculado a 2 autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda Estadual os quais questionam a apropriação de crédito em decadência e estorno de crédito de energia elétrica no processo de industrialização. A Companhia apresentou defesa administrativa dentro dos prazos legais, sustentando a legitimidade dos créditos apropriados, com base na documentação fiscal e contábil que comprova a origem das operações. Os processos encontram-se em tramitação nas instâncias administrativas competentes, não havendo, até a presente data, decisão definitiva que implique a necessidade de baixa de ativo.

A administração, assessorada por consultoria jurídica e tributária, entende que os créditos discutidos são praticamente certos de recebimento, razão pela qual os ativos foram mantidos, sendo mantida apenas a divulgação em nota explicativa, conforme práticas contábeis aplicáveis;

(c) Os créditos de IPI referem-se, basicamente, a créditos originados do pagamento do IPI na aquisição de matéria-prima para a produção e estão sendo realizados de forma linear de acordo com a operação da Companhia;

(d) A Companhia acumulou créditos de PIS, COFINSem decorrência da não incidência das contribuições nas receitas de exportação e da manutenção dos créditos sobre as aquisições vinculadas a essas operações.

(e) Os créditos de IRPJ/CSLL referem-se ao impostos de renda retido na fonte não compensados na apuração do período em 2025 e que estão sendo utilizadas para compensações de tributos federais.

9. Partes relacionadas

A Companhia mantém transações e saldos com partes relacionadas, das quais destacamos:

Ativo	Operação	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Contas a receber Aeris LLC	Contas a receber	1.573	7.095
Total		1.573	7.095
Não circulante			
Mútuo Aeris LLC (i)	Mútuo	-	68.817
Total		-	68.817

Passivo	Operação	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Outras contas a pagar Aeris LLC	Contas a pagar	37	-
Fornecedores Aeris LLC	Fornecedores	-	107
Total		37	107

Resultado	30/09/2026	30/09/2025
Receita operacional líquida - Prestação de serviços	2.461	945
Resultado financeiro - Receita de juros sobre operações de mútuo (i)	-	2.308
Total	2.461	3.253

(i) Vide nota explicativa 10.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui a Diretoria e o Conselho de Administração. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços prestados, está apresentada a seguir:

Ativo	30/09/2026	30/09/2025
Salários e outros Benefícios de Curto Prazo	5.265	5.730
Total	5.265	5.730

10. Investimentos e provisão para perda em investimentos

	30/09/2026	31/12/2025
Investimento em controlada	19.582	-
Total	19.582	-

	30/09/2026	31/12/2025
Provisão para perdas em investimentos	-	31.680
Total	-	31.680

Movimentação do investimento

A Companhia possui investimento na controlada - Aeris Service LLC, cujo resumo das movimentações está descrito a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Saldo inicial	-	18.234
Aporte de capital na controlada (i)	75.805	-
Ajustes acumulados de conversão	(2.861)	(2.155)
Equivalência patrimonial	(21.682)	(47.759)
Provisão (reversão) para (de) perdas em investimentos	(31.680)	31.680
Saldo final	19.582	-

(i) Em 31 de janeiro de 2026, a Companhia aprovou e homologou aumento de capital na Aeris Services LLC, sua controlada, mediante capitalização de créditos detidos contra a referida sociedade. O aumento de capital totalizou R$75.805, correspondente a valores a receber, líquido de valores a pagar, previamente registrados no ativo e passivo da Companhia. A integralização do aumento ocorreu mediante a conversão integral do saldo desses créditos e débitos em capital social da controlada, não havendo ingresso adicional de caixa. Em decorrência da homologação do aumento de capital, o capital social da Aeris Services LLC foi aumentado em igual montante, conforme aprovado pelos órgãos competentes da Companhia e da controlada, nos termos das respectivas atas societárias.

Demonstrações (resumidas) da controlada

O quadro a seguir apresenta um resumo das informações contábeis intermediárias da controlada em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Ano	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	(Prejuízo do período / exercício)
30/09/2026	100	27.939	8.357	19.582	(21.682)
31/12/2025	100	57.565	89.245	(31.680)	(47.759)

Em 30 de setembro de 2026, a controlada apresentou redução de 77% no seu faturamento em relação a 30 de setembro de 2025.

A alta temporada de prestação de serviços nos Estados Unidos ocorre, historicamente, entre os meses de maio e outubro. Em 2025, a Companhia não renovou alguns contratos para o exercício de 2026, o qual previa uma demanda mínima garantida inclusive durante o período de baixa temporada. Em razão dessa decisão, o faturamento do período apresentou redução significativa.

Atualmente, a Companhia encontra-se em processo de reestruturação operacional e de diversificação de sua base de clientes. Essas iniciativas tem como objetivo a retomada de crescimento de forma mais organizada, sustentável e financeiramente saudável nos exercícios subsequentes.

11. Imposto de renda e contribuição social

A seguir, segue conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025 (reapresentado)	30/09/2026	30/09/2025 (reapresentado)
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(398.780)	(429.688)	(398.775)	(429.692)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	135.585	146.094	135.585	146.094
Adições	(55.045)	(220.908)	(55.045)	(220.908)
Reversão de receita de contrato com cliente (i)	-	(14.295)	-	(14.295)
Despesas não dedutíveis (ii)	(55.045)	(206.613)	(55.045)	(206.613)
Exclusões	64.193	254.331	64.193	254.331
Provisão de Receita de contrato com cliente (i)	12.228	14.357	12.228	14.357
Outras exclusões	51.965	239.974	51.965	239.974
Benefício constituído sobre diferenças temporárias (iii)	(453)	2.016	(458)	2.020
Outros Ajustes (iv)	(144.733)	(179.517)	(144.733)	(179.517)
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	-	-	(5)	4
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	(453)	2.016	(453)	2.016
Alíquota efetiva	-0,11%	0,5%	-0,11%	0,47%

(i) Provisão e reversão de provisão de ajuste de receita bruta – CPC 47;
(ii) Provisão e reversão de despesas não dedutíveis;
(iii) Provisão e reversão sobre valor justo dos contratos de energia.
(iv) Ajustes referente a diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos.

a) Impostos diferidos

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Ativo diferido		
Valor justo contrato de energia	7.188	9.421
	7.188	9.421
Passivo diferido		
Valor justo contrato de energia	-	1.780
	-	1.780
Total diferido	7.188	7.641

Os saldos de impostos diferidos constituídos são relacionados às diferenças temporárias sobre o valor justo dos contratos de energia.

b) Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social no resultado dos períodos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social reconhecidos no resultado dos períodos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025 (reapresentado)	30/09/2026	30/09/2025 (reapresentado)
Corrente				
Imposto de renda	-	-	(5)	4
	-	-	(5)	4
Total	-	-	(5)	4
Diferido				
Imposto de renda	(334)	1.483	(334)	1.483
Contribuição social	(119)	533	(119)	533
	(453)	2.016	(453)	2.016

c) Incertezas

A Administração da Companhia não identificou efeitos decorrentes da avaliação das orientações dispostas no IFRIC 23 (ICPC 22) - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro.

d) Ativos fiscais não contabilizados:

A Companhia não reconhece ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na Controladora e no Consolidado, mantendo, contudo, o montante existente de R$ 303.441 em 30 de setembro de 2026 (R$ 242.930 em 31 de dezembro de 2025), o qual não está registrado nas demonstrações financeiras em função da incerteza quanto à sua realização futura.

12. Imobilizado e direito de uso em arrendamento

	Controladora			
	30/09/2026			31/12/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em andamento	9.758	-	9.758	3.887
Máquinas e equipamentos	339.962	(131.847)	208.115	220.936
Direito de Uso	42.107	(36.885)	5.222	15.173
Móveis	28.864	(17.717)	11.147	13.157
Hardware	13.011	(11.886)	1.125	1.448
Terrenos	68.912	-	68.912	68.912
Veículos	8.158	(7.824)	334	1.165
Edificações e benfeitorias	595.340	(64.302)	531.038	537.492
Instalações	153.793	(134.689)	19.104	28.108
Ferramentas	16.687	(12.884)	3.803	5.540
	1.276.592	(418.034)	858.558	895.818

	Consolidado			
	30/09/2026			31/12/2025
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em andamento	9.758	-	9.758	4.025
Máquinas e equipamentos	353.742	(135.703)	218.039	231.335
Direito de Uso	42.107	(36.885)	5.222	15.173
Móveis	29.394	(17.859)	11.535	13.580
Hardware	13.234	(11.991)	1.243	1.591
Terrenos	68.912	-	68.912	68.912
Veículos	9.273	(8.494)	779	1.881
Edificações e benfeitorias	595.470	(64.306)	531.164	537.492
Instalações	153.793	(134.689)	19.104	28.108
Ferramentas	18.328	(14.218)	4.110	6.017
	1.294.011	(424.145)	869.866	908.114

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora										
	Imobilizado em andamento	Máquinas e equipamentos	Móveis	Hardware	Terrenos	Veículos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Ferramentas	Direito de uso	Total
Em 31 de dezembro de 2024	43.657	231.099	14.623	2.574	68.912	3.043	531.034	41.064	6.466	16.003	958.475
Adições	11.346	765	2	6	-	-	-	-	40	13.109	25.268
Depreciação	-	(21.934)	(2.697)	(1.402)	-	(1.644)	(9.849)	(23.688)	(2.877)	(12.736)	(76.827)
Baixas	(8.963)	(691)	-	-	-	(234)	-	-	(7)	(1.203)	(11.098)
Transferências	(42.153)	11.697	1.229	270	-	-	16.307	10.732	1.918	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	3.887	220.936	13.157	1.448	68.912	1.165	537.492	28.108	5.540	15.173	895.818
Adições	15.324	1.192	3	442	-	6	-	-	61	989	18.017
Depreciação	-	(18.050)	(2.012)	(765)	-	(837)	(7.788)	(12.613)	(2.196)	(9.897)	(54.158)
Baixas	-	(75)	(1)	-	-	-	-	-	-	(1.043)	(1.119)
Transferências	(9.453)	4.112	-	-	-	-	1.334	3.609	398	-	-
Em 30 de setembro de 2026	9.758	208.115	11.147	1.125	68.912	334	531.038	19.104	3.803	5.222	858.558

	Consolidado										
	Imobilizado em andamento	Máquinas e equipamentos	Móveis	Hardware	Terrenos	Veículos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Ferramentas	Direito de uso	Total
Em 31 de dezembro de 2024	43.657	240.717	15.105	2.768	68.912	4.150	531.034	41.064	7.183	16.003	970.593
Diferenças cambiais	-	(1.072)	(53)	(22)	-	(123)	-	-	(80)	-	(1.350)
Adições	11.484	3.817	48	14	-	-	-	-	121	13.109	28.593
Depreciação	-	(23.133)	(2.749)	(1.439)	-	(1.912)	(9.849)	(23.688)	(3.118)	(12.736)	(78.624)
Baixas	(8.963)	(691)	-	-	-	(234)	-	-	(7)	(1.203)	(11.098)
Transferências	(42.153)	11.697	1.229	270	-	-	16.307	10.732	1.918	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	4.025	231.335	13.580	1.591	68.912	1.881	537.492	28.108	6.017	15.173	908.114
Diferenças cambiais	(8)	(608)	(25)	(8)	-	(42)	-	-	(29)	-	(720)
Adições	15.324	2.316	32	451	-	6	-	-	61	989	19.179
Depreciação	-	(19.041)	(2.051)	(791)	-	(904)	(7.792)	(12.613)	(2.337)	(9.897)	(55.426)
Baixas	-	(75)	(1)	-	-	(162)	-	-	-	(1.043)	(1.281)
Transferências	(9.583)	4.112	-	-	-	-	1.464	3.609	398	-	-
Em 30 de setembro de 2026	9.758	218.039	11.535	1.243	68.912	779	531.164	19.104	4.110	5.222	869.866

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil dos ativos, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O ativo imobilizado da Companhia e sua controlada, após análise de fontes interna e laudo realizado anualmente, formaliza a revisão periódica da vida útil dos ativos, garantindo que os mesmos sejam depreciados com as taxas que refletem a realidade operacional da Companhia, não apresentando qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o seu fluxo de caixa futuro.

A Companhia e sua controlada possuem imóveis classificados como edificações e benfeitorias dados em garantia em contratos de empréstimos e financiamentos. Antes da reestruturação da dívida, os imóveis dados em garantia totalizavam R$ 213.647, conforme avaliação realizada pelo banco. Após a reestruturação da dívida, foram concedidas novas garantias por meio de alienação fiduciária compartilhada, abrangendo imóveis avaliados em R$ 405.885. Adicionalmente, imóveis anteriormente já dados em garantia passaram a integrar a estrutura como alienação fiduciária superveniente, no montante de R$ 230.325, correspondentes, em sua maior parte, aos mesmos imóveis previamente avaliados. Dessa forma, o valor total dos imóveis dados em garantia após a reestruturação da dívida passou a ser de R$ 636.211.

13. Intangível

A composição do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	30/09/2026			31/12/2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em andamento (a)	5.047	-	5.047	5.015
Software	14.384	(11.541)	2.843	4.101
Ativos de Ramp up (b)	72.620	(14.107)	58.513	30.199
	92.051	(25.648)	66.403	39.315

	Consolidado			
	30/09/2026			31/12/2025
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em andamento (a)	5.047	-	5.047	5.015
Software	14.478	(11.613)	2.865	4.137
Ativos de Ramp up (b)	72.620	(14.107)	58.513	30.199
	92.145	(25.720)	66.425	39.351

(a) O intangível em andamento refere-se a projeto de desenvolvimento de tecnologia;

(b) Ramp Up refere-se a fase inicial de um projeto após a assinatura do contrato com o cliente, dedicada ao planejamento e preparação para atingir a plena capacidade produtiva. Nesse período, a produção começa de forma gradual, enquanto processos, recursos e controles são ajustados para garantir eficiência e qualidade. Não se trata de uma etapa de fabricação consolidada, mas sim de desenvolvimento, conforme normas contábeis (IAS 38/CPC 04), pois envolve custos específicos para viabilizar a execução do contrato. Esses custos, quando diretamente relacionados e recuperáveis, são reconhecidos como ativos intangíveis até que a operação atinja estabilidade.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Intangível em andamento	Software	Ativos de Ramp up	Total
Em 31 de dezembro de 2024	-	1.683	35.944	37.627
Adições	1.212	-	4.088	5.300
Amortização	-	(1.862)	(10.713)	(12.575)
Transferência do imobilizado	3.803	4.280	880	8.963
Em 31 de dezembro de 2025	5.015	4.101	30.199	39.315
Adições	32	-	33.627	33.659
Amortização	-	(1.258)	(5.313)	(6.571)
Em 30 de setembro de 2026	5.047	2.843	58.513	66.403

	Consolidado			
	Intangível em andamento	Software	Ativos de Ramp up	Total
Em 31 de dezembro de 2024	-	1.743	35.944	37.687
Diferenças cambiais	-	(7)	-	(7)
Adições	1.212	-	4.088	5.300
Amortização	-	(1.879)	(10.713)	(12.592)
Baixas	3.803	4.280	880	8.963
Em 31 de dezembro de 2025	5.015	4.137	30.199	39.351
Diferenças cambiais	-	(7)	-	(7)
Adições	32	-	33.627	33.659
Amortização	-	(1.265)	(5.313)	(6.578)
Em 30 de setembro de 2026	5.047	2.865	58.513	66.425

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores	185.942	138.238	188.734	143.868
Partes relacionadas (Nota 9)	-	107	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	(21.367)	(12.502)	(23.004)	(12.969)
Total	164.575	125.843	165.730	130.899

O saldo a pagar em 30 de setembro de 2026 refere-se, predominantemente, à aquisição de matérias-primas e materiais auxiliares destinados à produção. A variação apresentada está em conformidade com o plano de produção projetado para 2026 e com a estratégia da Companhia de equalização dos estoques e renegociação de prazo com fornecedores.

A Companhia mantém permanente acompanhamento da composição da carteira e das condições estabelecidas com os fornecedores, as quais não sofreram alterações significativas em relação ao que vinha sendo praticado historicamente.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

				Controladora		Consolidado	
Descrição	Indexador	Juros (%a.a)*	Vencimento **	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Moeda nacional							
Capital de giro	CDI	3,00%	30/03/2030	479.543	432.251	479.543	432.251
Financiamento	TLP	4,55%	15/01/2030	162.511	155.800	162.511	155.800
Debêntures	CDI	3,00%	30/03/2030	1.390.126	1.230.137	1.390.126	1.230.137
Total				2.032.180	1.818.188	2.032.180	1.818.188
Moeda estrangeira							
Capital de Giro		10,00%	16/12/2026	-	-	3.130	-
Total				-	-	3.130	-
Circulante				350.174	131.763	353.304	131.763
Não circulante				1.682.006	1.686.425	1.682.006	1.686.425
Total				2.032.180	1.818.188	2.035.310	1.818.188

(*) Taxa de juros da última captação.;
(**) Último vencimento do grupo de contratos.

Debêntures

Em 15 de janeiro de 2021, a Companhia procedeu com a 1ª emissão de debêntures simples, no montante de R$ 600.000, com valor nominal unitário de R$1 mil ("Valor Nominal Unitário"), na data de emissão e vencimento em 15 de janeiro de 2026, remunerada pela variação do CDI + 2,90% a.a. As debêntures não são conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, vigente à época da emissão, atualmente revogada e substituída pela Resolução CVM nº 160/2022.

Em 15 de julho de 2021, a Companhia procedeu com a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 700.000, com o valor nominal de R$ 1 mil ("Valor Nominal Unitário"), na data de emissão com vencimento em 31 de julho de 2026, remunerada pela variação do CDI + 2,00% a.a. As debêntures não são conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, vigente à época da emissão, atualmente revogada e substituída pela Resolução CVM nº 160/2022.

Nos meses de novembro e dezembro de 2023, e maio e setembro de 2024, como parte da estratégia de otimização do passivo financeiro da Companhia, no contexto da gestão do seu endividamento, a Companhia exerceu seu direito de aquisição facultativa, em atendimento à regulamentação da CVM, em especial à Resolução CVM Nº 77, de 29 de março de 2022 e à Resolução Nº80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 80") na forma do anexo H à RCVM 80, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, e da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, respectivamente. Essa decisão visou desalavancar a dívida e otimizar o custo de capital da Companhia.

Em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGDs) realizadas em 28 de março de 2025, os titulares das debêntures da 1ª emissão e da 2ª emissão aprovaram a repactuação dos termos e condições das Debêntures, com o aditamento das respectivas escrituras de emissão.

Dentre outras questões, as AGDs aprovaram novo prazo de vigência das Debêntures para 2030, alterações nos cronogramas de amortização, juros remuneratórios e periodicidade de pagamentos de juros, e a inclusão de hipóteses de resgate antecipado. Este pode ocorrer obrigatoriamente se houver Venda de Controle, ou voluntariamente por iniciativa da Emissora a partir de 31 de dezembro de 2027.

Após a repactuação da dívida efetuada em 2025, a amortização de 75% do valor principal, incluindo os juros acumulados até janeiro de 2026, seria realizada em parcelas trimestrais iguais a partir de dezembro de 2027 até dezembro de 2029 com quitação do saldo restante integralmente em março de 2030.

Movimentação

A seguir, demonstramos a movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures no período:

	Controladora		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.473.872	82.945	1.556.817
Captação de empréstimos	47.055	16.172	63.227
Custos de emissão apropriados	3.251	-	3.251
Juros sobre empréstimos	83.393	179.656	263.049
Variação cambial	(24.628)	515	(24.113)
Amortização de principal	(30.333)	-	(30.333)
Amortização de juros	(10.726)	-	(10.726)
Custos de emissão na captação	(663)	(2.321)	(2.984)
Transferência	(1.409.458)	1.409.458	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	131.763	1.686.425	1.818.188
Custos de emissão apropriados	1.203	-	1.203
Juros sobre empréstimos	170.532	68.234	238.766
Amortização de principal	(16.786)	-	(16.786)
Amortização de juros	(9.191)	-	(9.191)
Transferência	72.653	(72.653)	-
Saldos em 30 de setembro de 2026	350.174	1.682.006	2.032.180

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.473.872	82.945	1.556.817
Captação de empréstimos	47.055	16.172	63.227
Custos de emissão apropriados	3.251	-	3.251
Juros sobre empréstimos	83.393	179.656	263.049
Variação cambial	(24.628)	515	(24.113)
Amortização de principal	(30.333)	-	(30.333)
Amortização de juros	(10.726)	-	(10.726)
Custos de emissão na captação	(663)	(2.321)	(2.984)
Transferência	(1.409.458)	1.409.458	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	131.763	1.686.425	1.818.188
Captação de empréstimos	3.109	-	3.109
Custos de emissão apropriados	1.203	-	1.203
Juros sobre empréstimos	170.553	68.234	238.787
Amortização de principal	(16.786)	-	(16.786)
Amortização de juros	(9.191)	-	(9.191)
Transferência	72.653	(72.653)	-
Saldos em 30 de setembro de 2026	353.304	1.682.006	2.035.310

A seguir, demonstramos o cronograma de amortizações financeiras:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
2025	-	110.022
2026	134.880	21.741
2027	366.998	328.730
2028	594.661	530.774
> 2028	938.771	826.921
Total	2.035.310	1.818.188

Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia está em negociação com o BNDES referente a um empréstimo classificado no curto prazo com vencimento original em agosto de 2026, os encargos financeiros vencidos em agosto de 2025 e a quebra de covenants financeiros ocorrida em 31 de dezembro de 2024.

Em 28 de março de 2025, os debenturistas aprovaram, em assembleia, a repactuação das escrituras das debêntures, incluindo a extinção da cláusula de "covenant" de índice de alavancagem, não existindo com debenturistas e demais instituições bancárias outros covenants financeiros além do mencionado no texto acima. Em maio de 2025, a mesma estrutura de repactuação das debêntures foi aprovada para as demais dívidas bancárias. Com isso, em 30 de setembro de 2026 a Companhia cumpriu todas as exigências requeridas, portanto, não incorrendo em nenhuma hipótese de restrição prevista em seus contratos repactuados. Os principais indicadores financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) e não financeiros permaneceram dentro dos novos parâmetros estabelecidos, conforme controle de covenants mantido pela Companhia.

Os covenants não financeiros estão listados abaixo:

(a) Proibição de distribuição de dividendos;
(b) É vedada a realização de qualquer operação de cessão de recebíveis a performar, exceto para refinanciamento/amortização da Nova Dívida com Garantia (termos sujeitos a due diligence);
(c) Limitação à emissão de nova dívida, exceto: (i) para fins de refinanciamento ou amortização total ou parcial da Nova Dívida com Garantia, ou (ii) para novos financiamentos que cumpram com as condições mínimas (taxa máxima, garantias, prazos e valores).

Os covenants (a) e (c) acima serão dispensados quando o saldo da Nova Dívida com Garantia atingir R$500.000 ou menos.

Cash Sweep - Até 30 de junho de 2026, caso a Companhia obtenha financiamento por meio de empréstimos que excedam o montante acumulado de R$ 200.000, 100% do valor excedente será utilizado para amortizar a Nova Dívida Garantida. A partir de 30 de junho de 2026 (inclusive), qualquer valor de Caixa Excedente[1], calculado semestralmente, será utilizado para amortizar a Nova Dívida com Garantia.

[1] "Caixa Excedente" é definido como o montante de Caixa e Equivalentes acima do Caixa Mínimo[2], após a exclusão de: (i) taxas de ramp-up, (ii) Downpayments de clientes, e (iii) qualquer caixa restrito, conforme reportado especificamente nas divulgações trimestrais auditadas;
[2] "Caixa Mínimo" é definido como a soma de R$100.000 + o valor da amortização de principal e juros da Nova Dívida com Garantia devida no próximo trimestre".

16. Passivo de arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado exercício, ou seja, se o contrato é ou contém um arrendamento.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto os ativos de baixo valor. A Companhia possui contrato de locação de veículos e locação de imóvel, firmados com terceiros, os quais estão sendo classificados como arrendamento mercantil, que prevê a opção de renovação e rescisão:

Contratos	Vencimentos	Prazos	Taxa média (a.a)
Versatily Transporte Locação Auto Ltda ME (i)	31/10/2026	3 anos	13,50%
Omni Buildings (ii)	31/07/2027	3 anos	12,89%
Delphia Participações S.A. (iii)	31/12/2026	1 ano	16,21%
Localiza Fleet S.A. (iv)	30/06/2028	3 anos e 3 meses	17,83%

(i) Em novembro de 2023, foi registrado o arrendamento da Versatily Transporte.

(ii) Em agosto de 2024, foi registrado o arrendamento da OMNI do Escritório SP.
(iii) Em janeiro de 2026, foi registrado o arrendamento com a Delphia Participações S.A., o qual foi encerrado em setembro de 2026.
(iv) Em abril de 2025, foi registrado o arrendamento com a Empresa Localiza Fleet S.A.

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora e Consolidado 30/09/2026	Controladora e Consolidado 31/12/2025
Ativos de direito de uso		
Direito de uso	5.222	15.173
	5.222	15.173
Passivos de arrendamentos		
Circulante	4.136	12.197
Não circulante	1.552	4.176
	5.688	16.373

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	30/09/2026	31/12/2025
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas) - Nota 20 e 21	(9.897)	(12.736)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras – Nota 23)	(1.091)	(2.264)

(iii) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Ativos de direito de uso

As movimentações do ativo de direito de uso estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2025	16.003
Adição por novos contratos	13.109
Baixas de ativo de direito de uso	(1.203)
Despesa de depreciação	(12.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.173
Adição por novos contratos	989
Baixas de ativo de direito de uso	(1.043)
Despesa de depreciação	(9.897)
Saldo em 30 de setembro de 2026	5.222

Passivos de arrendamento

As movimentações do passivo de arrendamento estão demonstradas a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2025	17.365
Adição	13.109
Baixa	(1.203)
Juros apropriados	2.264
Pagamentos de principal	(12.898)
Pagamento de juros	(2.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.373
Adição	989
Baixa	(1.049)
Juros apropriados	1.091
Pagamentos de principal	(10.625)
Pagamento de juros	(1.091)
Saldo em 30 de setembro de 2026	5.688

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Vencimentos		
2026	1.813	12.197
2027	3.040	3.322
2028	835	854
	5.688	16.373

17. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais de natureza cível, trabalhista, e tributária, decorrentes do curso normal das suas operações. A Administração avalia periodicamente os riscos dessas contingências com base em fundamentos jurídicos, contábeis e econômicos, considerando a opinião de seus assessores jurídicos externos, classificando-os como de perda provável, possível ou remota, conforme os critérios estabelecidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

17.1. Processos classificados como risco provável

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia constituiu provisão para contingências trabalhistas e tributárias para perdas consideradas prováveis, como segue:

	Controladora e Consolidado		
	Trabalhistas	Tributário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	-	-	-
Provisões	834	-	834
Saldos em 31 de dezembro de 2025	834	-	834
Provisões	-	1.238	1.238
Reversões	(801)	-	(801)
Saldos em 30 de setembro de 2026	33	1.238	1.271

Processos Trabalhistas

Referente a processos judiciais que, em 30 de setembro de 2026, encontravam-se em fase de execução. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos e no estágio processual das demandas, a Administração concluiu que a constituição de provisão representa a melhor estimativa da obrigação existente na data-base das demonstrações financeiras.

Processos Tributários

Em 2020, a Companhia ajuizou ações judiciais para viabilizar o desembaraço aduaneiro de mercadorias compostas por pultrudado de carbono. Tal medida, alcançou sua finalidade, com a liberação das mercadorias objeto das demandas, tendo sido propostas com fundamento na Súmula 323 do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual a Administração Pública não pode reter mercadorias como forma de compelir o contribuinte ao pagamento de tributos.

Contudo em decorrência da alteração do entendimento adotado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, à luz das diretrizes estabelecidas posteriormente pelo Tema 1.042 do Supremo Tribunal Federal, o qual considera constitucional a exigência do pagamento de tributos no desembaraço aduaneiro, o posicionamento jurisprudencial passou a ser desfavorável à tese sustentada pela Companhia.

Como consequência dessa mudança de entendimento, a Companhia foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 1% do valor das respectivas causas, em alguns processos, que, atualmente, estão em fase de cumprimento de sentença. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Administração reconheceu provisão correspondente à melhor estimativa dessas obrigações na data-base das demonstrações financeiras.

17.2. Processos classificados como risco possível

Em 30 de setembro de 2026, os montantes dos processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, avaliados pelos assessores jurídicos como de risco possível, eram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Tributários	56.828	57.112
Trabalhistas	7.181	10.349
Cíveis	4.100	3.775
	68.109	71.236

Trabalhistas

As demandas decorrem principalmente de adicionais de insalubridade e periculosidade, supressão do intervalo intrajornada, horas extras, danos morais e honorários advocatícios.

Tributários

Os processos são relacionados, principalmente, a autos de infração sobre classificação fiscal de mercadorias de uma matéria-prima importada, além de questionamentos sobre aproveitamento de créditos tributários e outros lançamentos administrativos. Os assessores jurídicos consideram as autuações indevidas, em razão da consistência técnica da defesa, embora a ausência de uniformidade decisória na esfera administrativa impeça a classificação do risco como remoto.

Cíveis

Os processos referem-se principalmente a ações indenizatórias e disputas contratuais com fornecedores.

Considerando que a probabilidade de perda é possível, não foi constituída provisão, em conformidade com o CPC 25, sendo os valores divulgados apenas para fins informativos.

Para todos os processos classificados como de risco possível, a Administração acompanha periodicamente sua evolução e revisa as avaliações sempre que surgem novos fatos ou decisões relevantes, assegurando o monitoramento de eventuais impactos patrimoniais e financeiros.

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social era de R$ 855.102, e estava composto da seguinte forma (em unidades):

	30/09/2026	31/12/2025
ON - Ações ordinárias nominativas	62.120.196	62.120.196
	62.120.196	62.120.196

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024, foi aprovada, pela Companhia, a proposta de grupamento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 20:1 (“Grupamento”).

A partir de 14 de maio de 2024, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas “ex-grupamento”. As ações são classificadas da seguinte maneira:

	Quantidade de Ações	
	30/09/2026	31/12/2025
Grupo Controlador	47.536.213	32.338.879
Conselho Fiscal	1	1
Ações em Tesouraria	657.772	732.772
Free Float	13.926.210	29.048.544
Total	62.120.196	62.120.196

ON - Ações ordinárias nominativas: as ações são indivisíveis em relação à Companhia e, cada ação ordinária, confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais. As ações não têm valor nominal. A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 2.200.000 (dois bilhões e duzentos milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração. O capital social pode ser aumentado por meio da subscrição de novas ações ordinárias, ou de capitalização de lucros ou reservas com ou sem a emissão de novas ações. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações, e estabelecerá se a subscrição será pública ou particular. A Companhia pode, dentro do limite do capital social autorizado, mediante deliberação do Conselho de Administração: (i) emitir debêntures conversíveis em ações; (ii) emitir bônus de subscrição; e (iii) outorgar opções de compra ou de subscrição de ações da Companhia em favor dos administradores, empregados ou prestadores de serviço pessoas naturais da Companhia ou de sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito como dividendo mínimo obrigatório a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo remanescente após as seguintes deduções e reversões: 5% (cinco por cento) do lucro líquido para constituição da reserva legal; parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções Governamentais; parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas devem ser revertidas. A parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral e o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional observado o disposto no artigo 45 do Estatuto.

Contudo, em decorrência da renegociação das debêntures, foi instituído covenant de natureza não financeira que veda a distribuição de dividendos, em razão de sua incompatibilidade com a atual situação financeira da Companhia, conforme previsto no § 4º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Tal restrição permanecerá vigente até que o saldo devedor das debêntures, consideradas a 2ª emissão e as obrigações perante os demais credores sujeitos ao Contrato de Garantias Compartilhadas, seja reduzido ao montante igual ou inferior a R$ 500.000.000 ou até a data de vencimento das debêntures, prevalecendo o evento que primeiro ocorrer.

Ações em tesouraria

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia efetuou a transferência de 75.000 ações de sua emissão, no montante de R$ 229 (R$ 474 em 30 de setembro de 2025), a título de benefício com base no plano de opções de ações de empregados.

Em 30 de setembro de 2026, a quantidade de ações em tesouraria adquirida pela Companhia totalizava 657.772 ações (732.772 ações em 31 de dezembro de 2025) com preço médio de R$ 56,5990 por unidade de ação (R$ 51,1182 em 31 de dezembro de 2025) representando o montante de R$ 37.229 (R$ 37.458 em 31 de dezembro de 2025).

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	3T26	3T25	9M26	9M25	3T26	3T25	9M26	9M25
Receita bruta								
Venda de produtos	243.804	110.818	418.715	475.385	243.804	110.818	418.715	475.385
Venda de energia	2.957	23.358	20.049	63.083	2.957	23.358	20.049	63.083
Prestação de serviços	20.366	15.099	66.505	48.996	33.099	53.986	84.710	137.652
	267.127	149.275	505.269	587.464	279.860	188.162	523.474	676.120
Deduções								
Impostos sobre as vendas de produtos	(8.476)	(2.958)	(9.099)	(27.571)	(8.476)	(2.958)	(9.099)	(27.571)
Impostos sobre venda de energia	(749)	(4.434)	(3.987)	(11.413)	(749)	(4.434)	(3.987)	(11.413)
Impostos sobre serviços	(1.846)	(1.607)	(6.726)	(5.458)	(1.511)	(1.763)	(6.391)	(5.651)
	(11.071)	(8.999)	(19.812)	(44.442)	(10.736)	(9.155)	(19.477)	(44.635)
Receita operacional líquida	256.056	140.276	485.457	543.022	269.124	179.007	503.997	631.485

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

20. Custo dos produtos vendidos por natureza

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	3T26	3T25	9M26	9M25	3T26	3T25	9M26	9M25
Custo de materiais	(168.748)	(94.952)	(293.445)	(353.525)	(169.034)	(95.995)	(294.018)	(355.987)
Pessoal	(33.309)	(36.257)	(91.181)	(102.690)	(41.826)	(54.785)	(106.983)	(144.166)
Depreciação e amortização	(7.370)	(10.260)	(22.142)	(24.944)	(7.822)	(10.708)	(23.478)	(26.247)
Amortização Ramp up	(2.717)	(2.585)	(5.312)	(8.746)	(2.717)	(2.585)	(5.312)	(8.746)
Utilidades	(6.595)	(5.239)	(18.108)	(16.501)	(7.630)	(6.992)	(21.172)	(19.850)
Serviços prestados	(3.437)	(2.100)	(8.724)	(14.298)	(1.686)	(4.457)	(8.705)	(27.456)
Aluguéis	(1.885)	(1.477)	(5.136)	(4.940)	(1.917)	(2.332)	(5.196)	(7.609)
Outros	(2.463)	(1.966)	(6.690)	(7.502)	(2.903)	(6.142)	(9.050)	(19.098)
Total	(226.524)	(154.836)	(450.738)	(533.146)	(235.535)	(183.996)	(473.914)	(609.159)

A redução observada nos custos dos produtos vendidos em 2026 está diretamente relacionada ao menor volume de produção e vendas realizados para o período, quando comparado ao cenário de referência. Como consequência, há diminuição dos principais componentes do custo dos produtos vendidos, tais como materiais, pessoal, depreciação, utilidades e serviços prestados. Dessa forma, a variação apresentada não decorre exclusivamente de ganhos de eficiência ou redução estrutural de custos, mas também da menor atividade operacional ocorrida para 2026 em relação ao período comparativo.

21. Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	3T26	3T25	9M26	9M25	3T26	3T25	9M26	9M25
Pessoal	(10.738)	(12.403)	(31.149)	(33.999)	(11.562)	(14.993)	(33.534)	(40.155)
Serviços prestados (i)	(3.743)	(13.296)	(10.734)	(71.768)	(3.959)	(13.632)	(11.641)	(72.773)
Depreciação e amortização	(1.190)	(698)	(3.831)	(4.161)	(1.208)	(715)	(3.880)	(4.216)
Despesas com viagem	(235)	(364)	(910)	(1.563)	(318)	(455)	(1.208)	(1.721)
Aluguéis	(606)	(898)	(1.749)	(2.537)	(637)	(919)	(1.936)	(2.615)
Utilidades	(761)	(910)	(2.124)	(2.851)	(761)	(976)	(2.124)	(2.993)
Despesas tributárias	(336)	(815)	(1.021)	(1.473)	(336)	(815)	(1.021)	(1.473)
Perdas com créditos de clientes (ii)	(255)	-	(1.289)	-	(3.699)	-	(7.947)	-
Perdas em estoques (ii)	(2.094)	-	(2.478)	-	(2.094)	-	(2.478)	-
Outros	(159)	(425)	(1.014)	(2.944)	(879)	(1.327)	(3.216)	(5.800)
	(20.117)	(29.809)	(56.299)	(121.296)	(25.453)	(33.832)	(68.985)	(131.746)

(i) A variação desse grupo refere-se principalmente a gastos com a reestruturação da dívida no período findo em 30 de setembro de 2025;
(ii) A Companhia constituiu provisão para perdas estimadas de contas a receber e para perdas em estoques, em conformidade com os critérios estabelecidos em sua política contábil.

22. Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas, por natureza

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	3T26	3T25	9M26	9M25	3T26	3T25	9M26	9M25
Resultado na venda de imobilizado	6	-	(52)	-	6	-	(52)	-
Outras Receitas (i)	706	1.228	3.240	3.129	717	2.120	4.623	4.046
Despesas com garantia	(3.237)	(548)	(7.024)	(2.880)	(3.237)	(548)	(7.024)	(2.880)
Depreciação e amortização - Ociosidade (ii)	(8.851)	(9.787)	(29.444)	(29.841)	(8.851)	(9.787)	(29.444)	(29.841)
Outras despesas operacionais - Ociosidade (ii)	(939)	(816)	(2.313)	(5.425)	(939)	(816)	(2.313)	(5.425)
Outras despesas operacionais (iii)	(3.126)	(42.706)	(10.208)	(44.743)	(3.107)	(42.706)	(10.189)	(43.798)
	(15.441)	(52.629)	(45.801)	(79.760)	(15.411)	(51.737)	(44.399)	(77.898)

(i) As outras receitas se referem, principalmente, às vendas de sucatas e reembolsos diversos de clientes.
(ii) Os valores apresentados referem-se a despesas fixas e depreciação de linhas de produção atualmente não operacionais, em decorrência de paralisações temporárias, as quais continuam sendo depreciadas normalmente, uma vez que permanecem disponíveis para uso e não houve alteração na expectativa de benefícios econômicos futuros ou alteração na sua vida útil. Conforme estabelece o CPC 16 (R1) – Item 13;

(iii) Durante o terceiro trimestre de 2025, a Companhia reconheceu uma despesa operacional relevante decorrente da regularização do regime de drawback, referente à nacionalização de insumos anteriormente importados sob o referido regime. O valor contabilizado corresponde ao pagamento de tributos não recuperáveis (imposto de importação) incidentes sobre essas importações, em função da não utilização dos bens nas operações de exportação dentro do prazo estabelecido pela legislação. Essa despesa possui caráter não recorrente e está relacionada ao processo de conformidade fiscal e aduaneira da Companhia. Também foi reconhecido pela Companhia o deságio sobre as operações de venda e transferência de ICMS.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	3T26	3T25	9M26	9M25	3T26	3T25	9M26	9M25
		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Receitas financeiras								
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	8.057	-	-	-	8.057
Variação cambial ativa	2.806	8.416	11.214	30.483	2.806	8.416	11.214	30.483
Rendimento de aplicações financeiras	192	825	332	928	192	835	347	982
Ajuste a valor justo - Cotas FIDC (i)	15.480	9.735	27.966	31.468	15.480	9.735	27.966	31.468
Outros	641	939	3.284	3.491	662	182	3.324	1.239
	19.119	19.915	42.796	74.427	19.140	19.168	42.851	72.229
Despesas financeiras								
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(7.049)	-	-	-	(7.049)
Variação cambial passiva	(4.568)	(8.400)	(9.323)	(39.936)	(4.568)	(8.400)	(9.323)	(39.936)
Encargos de operações financeiras	(13.152)	(22.569)	(44.174)	(58.500)	(13.179)	(22.923)	(44.502)	(60.134)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(87.110)	(70.249)	(238.766)	(192.396)	(87.131)	(70.249)	(238.787)	(192.396)
Juros sobre arrendamento	(308)	(609)	(1.091)	(1.816)	(308)	(609)	(1.091)	(1.816)
Ajuste a valor justo - Cotas FIDC (i)	(8.427)	-	(32.730)	-	(8.427)	-	(32.730)	-
Juros sobre pagamentos vencidos	(2.244)	(780)	(12.995)	(3.080)	(2.244)	(780)	(12.995)	(3.080)
Outros	(208)	(254)	(1.243)	(850)	(223)	(516)	(6.706)	(2.098)
	(116.017)	(102.861)	(340.322)	(303.627)	(116.080)	(103.477)	(346.134)	(306.509)
Resultado financeiro	(96.898)	(82.946)	(297.526)	(229.200)	(96.940)	(84.309)	(303.283)	(234.280)

(i) No período findo em 30 de setembro de 2026, houve uma redução no ajuste a valor justo das cotas FIDC - Fundo de Investimento em Direitos, no montante líquido negativo de R$ 4.764 (positivo em R$ 31.468 em 30 de setembro de 2025).

24. Resultado por ação

(a) Básico e diluído

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante os períodos. O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Não há diferenças em 30 de setembro de 2026 e 30 de setembro 2025, uma vez que a Companhia possui apenas uma categoria de ações:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
		(reapresentado)
Prejuízo do período	(399.233)	(427.672)
Saldo em 1º de janeiro	61.387	61.297
Transferência de ações em tesouraria	75	90
Saldo em 30 de setembro	61.462	61.387
Quantidade média ponderada de ações para o lucro diluído por ação	61.462	61.387
Resultado por ação básico	(6,4956)	(6,9668)
Resultado por ação diluído	(6,4956)	(6,9668)

25. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A seguir, a classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	2.573	23.832	3.567	28.741
Ativos financeiros	1.136	12.182	1.136	12.182
Contas a receber de clientes	178.068	141.549	189.021	171.036
Outras contas a receber	15.315	21.019	17.598	23.619
Fornecedores	(164.575)	(125.843)	(165.730)	(130.899)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.032.180)	(1.818.188)	(2.035.310)	(1.818.188)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Ativos financeiros	84.254	89.445	84.254	89.445
Valor justo dos contratos de energia - ativo	40.083	1.399	40.083	1.399
Valor justo dos contratos de energia - passivo	(61.225)	(23.877)	(61.225)	(23.877)

Mensuração

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. As estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de 3 níveis para o valor justo, sendo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços);
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor, pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

As cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e os contratos de energia mensurados a valor justo estão classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo, em função da utilização de premissas e dados não observáveis no mercado. No caso dos contratos de energia, a mensuração considera projeções de preços futuros, volumes contratados, curvas de mercado e o desconto dos fluxos de caixa a valor presente. Para as cotas de FIDC, a avaliação considera informações fornecidas pelo administrador do fundo e premissas, as quais envolvem julgamentos e estimativas da administração.

Não ocorreram transferências entre os níveis da hierarquia de valor justo durante os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações contábeis.

Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco cambial e taxa de juros.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos da Companhia e sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A diretoria financeira identifica, avalia e protege a Companhia e sua controlada contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais.

Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem perdas provenientes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente dos saldos a receber com cada cliente.

Riscos de liquidez

A Companhia está sujeita a risco de liquidez em razão da necessidade de financiamento do capital de giro, do perfil de vencimentos de obrigações financeiras e de eventuais restrições contratuais (covenants). A Administração monitora diariamente a posição de caixa e projeções de fluxo de caixa e utiliza instrumentos de gestão de liquidez, incluindo antecipação de recebíveis, renegociação de prazos com fornecedores e negociações com credores. Tais alternativas podem estar sujeitas a limites, condições de elegibilidade e aprovação de contrapartes.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures está apresentado na Nota 15.

Risco de mercado

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia encerrou o período com baixa exposição ao risco de taxa cambial. Os grupos de pagamentos e recebimentos em dólar e euro, são avaliados quanto ao hedge natural e estratégia da área de planejamento financeiro.

A seguir demonstramos a exposição cambial da Companhia:

	30/09/2026	31/12/2025
Saldos indexados em dólares	(US$)	(US$)
Empréstimos e financiamentos	(604)	-
Fornecedores no exterior	(20.560)	(15.557)
Clientes no exterior	20.533	32.362
Posição líquida	(631)	16.805

Valor justo dos contratos de energia

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão calculados a valor presente.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Ganho temporário - circulante	2.498	1.062
Ganho temporário - não circulante	37.585	337
Perda temporária - circulante	(9.619)	(13.836)
Perda temporária - não circulante	(51.606)	(10.041)
Resultado líquido em aberto na data-base	(21.142)	(22.478)

	Controladora e Consolidado	
Movimentação do resultado	30/09/2026	30/09/2025
Reversão do período anterior	22.478	16.279
Provisão do período corrente	(21.142)	(22.212)
Valor justo do resultado:	1.336	(5.933)

A movimentação dos saldos de ganhos e perdas temporários reconhecidos no período findo em 30 de setembro de 2026 decorre, substancialmente, da renovação de contratos de compra e venda energia elétrica realizada ao longo do ano. A renegociação desses contratos contemplou a extensão dos respectivos prazos de vigência e a revisão das condições econômicas e preços contratados para períodos futuros, fatores que impactaram significativamente a mensuração a valor justo dos instrumentos relacionados.

Análise de sensibilidade cambial

Análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. São apresentados dois cenários, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto) que foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado.

Nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2026, o cenário provável (cenário base) considerou a manutenção da cotação do Dólar.

Os cálculos estimados pela Administração do Grupo estão refletidos no cenário provável, conforme tabela a seguir:

31/12/2025				Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%	
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição Ativa	USD	5,50	178.348	5,50	-	6,88	44.517	8,25	89.034
Posição Passiva	USD	5,50	(85.599)	5,50	-	6,88	(21.400)	8,25	(42.800)
Exposição líquida			92.749		-		23.117		46.234

30/09/2026				Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%	
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição Ativa	USD	5,18	106.377	5,18	-	6,48	26.594	7,77	53.189
Posição Passiva	USD	5,18	(109.648)	5,18	-	6,48	(27.412)	7,77	(54.824)
Exposição líquida			(3.271)		-		(818)		(1.635)

Riscos da taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os ativos e passivos financeiros tem os seguintes valores:

Taxa variável - CDI	30/09/2026	31/12/2025
Ativos financeiros	87.485	124.738
Passivos financeiros	(1.869.670)	(1.662.388)
	(1.782.185)	(1.537.650)

Análise de sensibilidade à taxa de juros

Análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto de mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. São apresentados dois cenários, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto) que foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado. O cenário provável foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e publicações BC Focus).

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 30 de setembro de 2026 em 13,65% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (17,06% a.a.) e 50% (20,48% a.a.), respectivamente. A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2026, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar, indicando a deterioração na situação financeira do Grupo mediante o incremento nas taxas de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada a seguir:

31/12/2025				Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%	
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição ativa	CDI	14,90%	124.738	14,90%	18.586	18,63%	23.232	22,35%	27.879
Posição passiva	CDI	14,90%	(1.662.388)	14,90%	(247.696)	18,63%	(309.620)	22,35%	(371.544)
Exposição líquida			(1.537.650)		(229.110)		(286.388)		(343.665)

30/09/2026				Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%	
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição ativa	CDI	13,65%	87.485	13,65%	11.942	17,06%	14.927	20,48%	17.913
Posição passiva	CDI	13,65%	(1.869.670)	13,65%	(255.210)	17,06%	(319.012)	20,48%	(382.815)
Exposição líquida			(1.782.185)		(243.268)		(304.085)		(364.902)

Gerenciamento de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esses custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Segue demonstrativo no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Total dos empréstimos (Nota 15)	642.054	588.051	645.184	588.051
Debêntures (Nota 15)	1.390.126	1.230.137	1.390.126	1.230.137
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(2.573)	(23.832)	(3.567)	(28.741)
Dívida líquida	2.029.607	1.794.356	2.031.743	1.789.447
Total do patrimônio líquido (negativo) – Nota 18	1.098.221	696.291	1.098.221	696.291
	3.127.828	2.490.647	3.129.964	2.485.738

26. Informações sobre Segmento de Negócios

A determinação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada em sua estrutura de Governança Corporativa que divide o negócio em: Produção de pás para aerogeradores, serviço de manutenção de pás para aerogeradores e comercialização de energia. Em 30 de setembro de 2026, referente ao período, o segmento de serviços representou 11,1% do seu faturamento líquido consolidado (20,6% em 30 de setembro de 2025) e o segmento de comercialização de energia representou 3,2% (8,2% em 30 de setembro de 2025).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Pás		Serviços		Comercializadora de energia		Eliminações		Consolidado	
	9M26	9M25	9M26	9M25	9M26	9M25	9M26	9M25	9M26	9M25
		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Receita operacional líquida	432.021	449.593	58.375	131.167	16.062	51.670	(2.461)	(945)	503.997	631.485
Custos dos produtos vendidos	(390.443)	(449.245)	(62.532)	(111.515)	(23.400)	(48.399)	2.461	-	(473.914)	(609.159)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	-	-	-	-	1.336	(5.933)	-	-	1.336	(5.933)
(Prejuízo) Lucro bruto	41.578	348	(4.157)	19.652	(6.002)	(2.662)	-	(945)	31.419	16.393
(Despesas)/receitas operacionais										
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(49.562)	(114.860)	(19.246)	(16.374)	(177)	(512)	-	-	(68.985)	(131.746)
Despesas com vendas	(13.527)	(2.161)	-	-	-	-	-	-	(13.527)	(2.161)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(45.801)	(79.691)	1.402	848	-	-	-	945	(44.399)	(77.898)
Resultado antes das (despesas)/receitas financeiras	(67.312)	(196.364)	(22.001)	4.126	(6.179)	(3.174)	-	-	(95.492)	(195.412)
Despesas financeiras	(336.624)	(300.326)	(7.707)	(8.491)	(1.803)	-	-	2.308	(346.134)	(306.509)
Receitas financeiras	42.570	74.427	55	110	226	-	-	(2.308)	42.851	72.229
Resultado financeiro líquido	(294.054)	(225.899)	(7.652)	(8.381)	(1.577)	-	-	-	(303.283)	(234.280)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(361.366)	(422.263)	(29.653)	(4.255)	(7.756)	(3.174)	-	-	(398.775)	(429.692)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	-	(5)	4	-	-	-	-	(5)	4
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	-	-	-	(453)	2.016	-	-	(453)	2.016
Prejuízo do período	(361.366)	(422.263)	(29.658)	(4.251)	(8.209)	(1.158)	-	-	(399.233)	(427.672)

A Companhia possui três segmentos relevantes passíveis de reporte nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

A Companhia possui um cliente significativo, que representa quase o total da receita operacional líquida do período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025.

27. Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Seguros	Cobertura
Responsabilidade operacional	593.000
Responsabilidade civil	120.000

28. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de financiamento e de investimento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a) A Companhia realizou a atualização de alguns contratos de arrendamento:

	Controladora e consolidado 30/09/2026
Aquisição de direito de uso	989
Baixa de direito de uso	(1.043)
Entrada de passivo de arrendamento	(989)
Baixa de passivo de arrendamento	1.043
Total	-

b) A Companhia realizou um aumento de capital na Aeris Services LLC, sua controlada, mediante a compensação de créditos detidos contra a referida sociedade. A operação não impactou caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora 31/03/2026
Contas a receber	(6.988)
Mútuo a receber (Principal e juros)	(68.817)
Investimentos	75.805
Total	-

29. Eventos subsequentes

Em 03 de novembro de 2026, a Companhia, protocolou pedido de recuperação extrajudicial perante o Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 161 e seguintes da Lei nº 11.101/2005 ("LRF").

O ajuizamento do pedido de Recuperação Extrajudicial foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e será submetido à ratificação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, a ser oportunamente convocada.

O plano de Recuperação Extrajudicial, celebrado entre a Companhia e seus principais credores, reflete o resultado das negociações empreendidas com o intuito de viabilizar a readequação da estrutura de capital e a redução de alavancagem, bem como a continuidade da fabricação de pás para aerogeradores, com a manutenção dos empregos, da arrecadação de tributos e das relações comerciais vinculadas à atividade. Para tanto, o Plano estabelece os parâmetros da reestruturação dos créditos abrangidos, que poderá compreender, entre outras medidas, a repactuação das condições de pagamento, a captação de novos recursos e a alteração de garantias, assegurando-se tratamento isonômico entre os credores abrangidos. Ficam preservadas as linhas de fornecimento necessárias às suas operações, que seguirão sendo conduzidas normalmente.

Composição da Diretoria

Alexandre Sarnes Negrão
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Marcelo Costa Nasser
Vice-Presidente de Operações

Cássio Cancela e Penna
Vice-Presidente de Operações de Serviços

Daniel Henrique da Costa Mello
Diretor Comercial

Douglas Rocha Arruda de Souza
Diretor de Qualidade

Rafael Rocha Lima Medeiros
Diretor De Operações

Lidiane Pacheco Dantas
Diretora Jurídica, Compliance e Comunicação

Sandra Karla Rodrigues Coutinho
Contadora CRC-CE-015141/O-0